

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

PAULA DA SILVA BELCHIOR

**EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL NO PERÍODO
DE 1990 A 2008.**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2018

PAULA DA SILVA BELCHIOR

**EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL NO PERÍODO
DE 1990 A 2008.**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Marcos Antonio Tavares Soares

Vitória da Conquista – Ba

2018

Ficha Catalográfica

S372p

Belchior, Paula da Silva.

Evolução do trabalho informal no Brasil no período de 1990 a 2008. /
Paula da Silva Belchior, 2018.
68f.

Orientador (a): Marcos Antonio Tavares Soares.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referências. F. 60 – 64.

1. Trabalho informal no Brasil. 2. Crescimento econômico – 1990 a
2008. 3. Desemprego e informalidade. I. Soares, Marcos Antonio Tavares.
II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T.

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

PAULA DA SILVA BELCHIOR

**EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL NO PERÍODO
DE 1990 A 2008.**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em / /

Banca Examinadora

Profº Marcos Tavares

Orientador

Profº.

Profº

Agradecimentos:

Existem momentos únicos em nossa vida, sejam eles bons ou ruins. È hora de relembrar vários acontecimentos afinal foram 10 anos de muitas alegrias, lutas, renúncia, lágrimas. Há as lágrimas como esquecê-las se elas insistem em cair. Lembro-me do primeiro semestre quando chorávamos porque estávamos indo para a primeira final em matemática, mal poderia imaginar a batalha que teria que enfrentar no decorrer dos anos. Mais hoje quero agradecer primeiro a Deus por ter iluminado meu caminho, e ajudado a suportar todas as dificuldades. A minha mãe Tereza, por toda a dedicação, amor e carinho. Ao meu esposo Genivaldo, diante de tantos obstáculos sempre estamos juntos. As minhas irmãs: Nê, Paty, Cau, e Cris, (Vanda, tio Orlando, Vó Carolina, in memoriam). Aos meus cunhados, meus sobrinhos, irmãos em Cristo. Meus amigos, Ary, Cláudia, Paty, Jonas. Ao meu professor orientar, Marcos Tavares, os mestres do curso de Ciências Econômicas. Enfim, todos que por minha vida passou, e que de alguma forma contribuiu para essa conquista meus sinceros agradecimentos, guardarei todos em meu coração.

Resumo

O objetivo deste trabalho foi compreender a evolução do trabalho informal no Brasil, especialmente o seu comportamento nas fases de crescimento econômico no período 1990 a 2008. A pesquisa partiu de uma concepção materialista-histórica-dialética da realidade e utilizou o método hipotético-dedutivo, baseando-se na observação das relações econômicas e sociais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e também uma seleção de dados oriundos do IBGE e do Instituto Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Resultado: com a pesquisa se observou que o trabalho informal tende a crescer ou decrescer, relativamente, a depender da política econômica adotada e que não basta apenas o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para reduzir as ocupações informais. A expansão do produto deve ser acompanhada de outras políticas sociais e de emprego que estimulem o crescimento da formalização.

Palavras-Chave: Desemprego. Subemprego. Trabalho Informal.

Lista de Quadro

Quadro 1 - Classificação das Ocupações em Formais e Informais	46
---	----

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Taxa de Desemprego (%) 1990-1999.....	48
Tabela 2 - Composição do Emprego Total (%) 1991-1999.....	511
Tabela 3 - Taxa de Desemprego e de Informalidade de 2002 a 2009	522
Tabela 4 - Evolução da PEA 2004-2008	544
Tabela 5 - Variação no Contingente dos Desocupados e Ocupados sem Remuneração	555
Tabela 6- Composição da Ocupação não agrícola segundo posição na Ocupação, 2004/2008	525

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. TRABALHO E DESEMPREGO NO CAPITALISMO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS	13
1.1 A Evolução do Trabalho na História da Humanidade	1
1.2 A Acumulação Primitiva de Capital	17
1.3 A Revolução Industrial.....	20
<i>1.3.1 A Divisão Social e Técnica do Trabalho.....</i>	<i>21</i>
<i>1.3.2 O Exército Industrial de Reserva</i>	<i>23</i>
2. TRABALHO INFORMAL: DEFINIÇÕES.....	26
2.1 Relações Econômicas ao Longo da História	26
2.2 Definição de Trabalho “Formal/Informal”	30
<i>2.2.1 Visão Legalista.....</i>	<i>30</i>
<i>2.2.2 Visão Marxista</i>	<i>31</i>
<i>2.2.3 Visão Heterodoxa.....</i>	<i>33</i>
2.3 Expansão do Trabalho Informal	34
2.4 Desemprego	36
<i>2.4.1 Desemprego e Informalidade</i>	<i>37</i>
2.4 Emprego e Trabalho Informal.....	38
2.5 Agentes que Atuam Informalmente	40
3. O TRABALHO INFORMAL NO BRASIL NO PERÍODO DE 1990 A 2008	43
3.1 O Desemprego e a Informalidade no Brasil	45
<i>3.1.1 Informalidade, Micro Empreendedor Individual.....</i>	<i>47</i>
<i>3.1.2 Desemprego e Aumento do Trabalho Informal no Brasil na Década de 1990-2008</i>	<i>48</i>
<i>3.1.3 A Evolução do Trabalho Informal na Década de 1990</i>	<i>51</i>
3.2 Informalidade em Períodos de Crescimento Econômico 2002 a 2009	52
3.3 Evolução da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil entre os anos de 2004-2008	54
3.4 O Trabalho Informal em Períodos de Crise Econômica em Comparação a Períodos de Crescimento Econômico	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

O trabalho informal pode ocorrer como a função de reduzir o valor da força de trabalho, direta ou indiretamente, no mundo capitalista, especialmente nos países subdesenvolvidos que atualmente são chamados de economias emergentes. A informalidade pode ser também apenas uma mera estratégia de sobrevivência.

A partir da crise do capitalismo nos anos de 1970, verificou-se a expansão do trabalho informal no mundo o que até então era uma característica dos países subdesenvolvidos passou a integrar o desenvolvimento das nações mais desenvolvidas industrialmente. Desse modo, cabe compreender como o capital na contemporaneidade, através de processos de descentralização da produção, reestruturação produtiva, expansão financeira, corte de gastos públicos em geral, promove um constante aumento do já alarmante exército industrial de reserva e uma crescente precarização do trabalho, alicerçado pela desregulamentação do direito do trabalho e pelas políticas de cunho neoliberal.

A informalidade é um fenômeno que, portanto, deve ser analisado sob a ótica das transformações pelas quais vem passando a sociedade contemporânea, dentre essas se destacam a crise que o capitalismo vem enfrentando desde meados dos anos 70, a reestruturação produtiva do capital, impulsionada em grande parte pelas novas tecnologias e técnicas de gestão do trabalho, como a microeletrônica e o toyotismo, respectivamente, e as políticas neoliberais que passaram a ser adotadas em maior intensidade após a crise dos anos de 1970.

Uma análise mais apurada da realidade deixa transparecer as formas de trabalho informal que tem predominado na sociedade contemporânea, tais como as cooperativas de trabalho, o trabalho terceirizado ou subcontratado, as empresas domiciliares, sem falar nas várias modalidades de trabalhadores por conta própria, os chamados “autônomos”. Essas modalidades de trabalho vêm recebendo incentivo tanto do Estado como de organizações da sociedade civil dos mais diversos segmentos.

O trabalho informal que antes era sinônimo de atraso, subdesenvolvimento e periferia, aparecem cada vez mais como sinônimo de “modernidade” e “futuro”. E mais

que isso. A informalidade é vista como solução ao desemprego, e advogada não só pela burguesia, mas também por setores da esquerda, que defendem que algumas dessas formas de trabalho são exteriores ao capital, constituindo uma espécie de Economia Solidária ou Economia dos Setores Populares.

Dentro de uma análise mais atenciosa, o trabalho informal pode ser compreendido como parte significativa do processo de acumulação do capital. Nesse aspecto e dentro do conjunto de transformações em que passa a economia global, o trabalho informal cumpre o papel de acomodar os trabalhadores que não foram absorvidos pelo mercado de trabalho formal e de perpetuar, em grande parte, a exploração capitalista do trabalhador.

Assim, compreender como evolui o mercado de trabalho informal é fundamental para entender a dinâmica da acumulação do capital em aspectos mais subjetivos. Uma vez que se observa o trabalho informal apenas como simples alternativa aos trabalhadores que não entraram no mercado formal de trabalho.

Nesse sentido, o objetivo central deste trabalho é compreender a evolução do trabalho informal no Brasil, especialmente o seu comportamento nas fases de crescimento econômico no período 1990 a 2008. Para alcançar a proposta do objetivo central, seguem-se alguns objetivos específicos como, analisar o trabalho nas relações sociais no decorrer da história; identificar as razões do trabalho informal no capitalismo; demonstrar a relação entre capitalistas e trabalhadores que gera a desigualdade social; apresentar o debate acerca da definição de trabalho informal; analisar a evolução do trabalho informal no Brasil no período de 1990 a 2008.

Em 1990 a economia brasileira vivenciou um período de crise, com grandes fusões, privatizações, terceirização do trabalho e mudança na estrutura do emprego. Porém de 2004 á 2008 foi um período de crescimento econômico, o nível de empregabilidade aumentou, por isso, foi escolhido esses períodos para serem analisados, e comparados.

Diante da constatação que o trabalho informal se faz presente na economia brasileira e que este mantém-se significativo por várias décadas, mesmo nos anos que a

economia brasileira teve governos de matizes ideológicas diferentes, surge a pergunta: como o trabalho informal se comportou entre os anos de 1990 e 2008 no Brasil?

Para responder a essa pergunta e alcançar o objetivo desse trabalho, a pesquisa aplica o método hipotético-dedutivo, baseado na observação das relações econômicas e sociais. Por isso, foi aplicada a metodologia de pesquisa bibliográfica e análise de dados. Na pesquisa bibliográfica, buscou-se compreender: as razões do surgimento do trabalho informal, o debate acerca da definição desse tipo de inserção laboral na economia capitalista e como e sua evolução na estrutura ocupacional no Brasil. Também foram utilizados os dados do IBGE, IPEA, entre outros.

Desse modo, o texto está organizado do seguinte modo. Além desta introdução e das considerações finais, há três capítulos onde, o primeiro capítulo trata dos aspectos históricos e conceituais sobre o desemprego e o trabalho informal no capitalismo; o segundo capítulo trata dos aspectos teóricos sobre o trabalho e a economia informal e por fim o terceiro capítulo que discute o trabalho informal na economia brasileira no período de 1990 a 2008.

1. TRABALHO E DESEMPREGO NO CAPITALISMO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

Ao analisar a humanidade ao longo da história, nota-se que há uma necessidade do indivíduo em ter um convívio social, ou seja, as pessoas necessitam relacionar umas com as outras, em um determinado período de tempo e espaço, seguindo regras, um padrão comum coletivo. No decorrer do tempo, nas diferentes sociedades, houve diversas formas de conceber e organizar o trabalho.

Partindo dessa perspectiva, percebe-se que o ser humano deve seguir distintos conceitos, símbolos, valores e atitudes que formam e dão característica a uma sociedade de maneira que, tais normas, estão pré-estabelecidas, formando um conjunto de regras que distinguem determinados grupos sociais. Seja em âmbito político, econômico, religioso, dentre outros.

Para Karl Marx (1818-1883), essas normas, ou ideias impostas pela sociedade, seriam não somente para a compreensão das coisas, mas também para “dissimular” a realidade vivida, uma vez que, apresenta os fatos de forma distorcida do que realmente são de fato.

Através do convívio social, surgiu às primeiras relações de trabalho, atividade básica e essencial, que coloca a espécie humana de forma definida no meio social de produção. Nesse sentido, trabalho, pode ser definido como a execução de determinada tarefa que exige esforço mental e físico, com a finalidade de produzir bens e serviços para atender as necessidades humana, de acordo com Marx, “[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”. (MARX, 1996, p. 297).

O trabalho é uma atividade caracteristicamente humana, haja vista que, é necessária a existência de um projeto mental que, modela uma conduta a ser desenvolvida para se alcançar um determinado fim. Konder apresenta uma definição de trabalho que merece ser destacada:

O trabalho é a primeira atividade do ser humano como ser humano. É pelo trabalho que passa a existir a contraposição sujeito/objeto. Por sua própria natureza o trabalho humano se distingue da atividade dos animais [...] o trabalho é a atividade pela qual o ser humano se criou a si mesmo; pelo trabalho ele transforma o mundo e se transforma. (KONDER, apud MINISTRO 2012, p. 205).

Desse modo, a diferença das atividades laborais, do ser humano, e dos afazeres dos animais, é que estes últimos, não possuem a mesma capacidade intelectual do ser humano, logo, não executam ações com qualquer tipo de finalidade consciente. È através do trabalho que o homem tem uma ação transformadora sobre a natureza, e de si mesmo, modificando-a segundo as suas necessidades. Dessa forma, expressa a sua capacidade criadora, atividades essas que são primordiais na existência da humanidade, uma vez que estas definem o sujeito na sociedade. Saviani expressa muito bem tal fenômeno:

Ora, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Desse modo, destaca-se o fato de que o trabalho é, essencialmente, fruto da natureza humana e assim, compete aos humanos à tarefa de transformar a natureza no sentido de, atender suas necessidades, privadas e sociais, constituindo formas sociais de produção. No tópico seguinte será feita uma breve exposição do trabalho enquanto categoria universal na história até o advento do capitalismo.

1.1 A evolução do trabalho na história da humanidade

Na pré-história, a divisão do trabalho se deu entre homens e mulheres. Tarefas como caçar e pescar eram executadas pelos homens, já atividades domésticas eram realizadas pelas mulheres. Dessa forma, pode se dizer que havia uma “divisão simples do trabalho”, pois cada um era responsável por determinada atividade, contribuindo para a sobrevivência do grupo.

Na antiguidade, mais ou menos 4.000 anos a.C. passou a ser valorizado o trabalho intelectual. Enquanto que, o trabalho pesado, braçal, para atender às necessidades humanas e da sociedade, era realizado pelos escravos.

O trabalho na antiguidade não tinha no ser humano o seu foco. Até mesmo Platão e Aristóteles aceitavam que os problemas sociais eram de difícil solução e que o trabalho seria somente uma parte da satisfação das necessidades do homem, porque a elite, uma minoria, deveria estar sempre engajada no puro exercício da mente, da arte, da filosofia e da política. (CIMBALISTA, 2006, p.20).

Sendo assim, o trabalho não era o elemento central da vida social, não estava diretamente ligada às relações sociais de produção e, era muito desvalorizado. A sociedade encontrava-se, basicamente, definida pela hereditariedade, pela religião, pela posição em relação às questões públicas e pelo pensamento humano, que era valorizado. Desse modo, o trabalho, estava voltado para a agricultura e, a administração dos bens de maior valor, permanecia sob a responsabilidade dos nobres ou responsáveis legados a um tipo de poder.

Já na Idade Média, que corresponde entre os séculos V e XV, pouca coisa mudou. Todavia, o trabalho passou a ser considerado algo difícil, cansativo, mas, necessário à evolução social do homem.

Esta fase da história é conhecida como período feudal, às tarefas pesadas eram realizadas exclusivamente pelos os servos, estes, não eram escravos, dessa forma, não podiam ser vendidos nem comprados, toda via estavam presos ao feudo, conseqüentemente, tinham que pagar tributos em forma de produtos ao senhor feudal, dízimos a igreja, dentre outras obrigações.

No feudalismo não havia a possibilidade de mobilidade social, ou seja, quem nasceu servo estava condenada a trabalhar a sua vida inteira para os seus senhores e, dificilmente, essa situação era mudada. Além disso, tinham que fazer seus próprios móveis e roupas, uma vez que, a maioria dos feudos eram distantes uns dos outros.

Com o passar do tempo, começou a haver melhoria na forma de produção, resultou em um aumento da produção de alimentos gerando excedentes. Estes passaram a ser comercializados entre os feudos, surgindo assim, as feiras, e a partir dessas, formaram-se cidades. E também, o surgimento da burguesia, classe social formada por mercadores e camponeses que viviam nos “burgos”.

Já na Idade Moderna, século XVII, o trabalho adquiriu nova conotação devido à ascensão da burguesia no poder e, com a reforma protestante que afirmava o sucesso econômico como uma benção divina, era obrigação do homem ter uma vida produtiva, lucrativa através do trabalho. Para Alvim,

No século XVII, a sociedade mercantilista já está desenvolvida. Surge a burguesia, oriunda dos segmentos dos antigos servos, que compraram sua liberdade e se dedicaram ao comércio e que começa, pela primeira vez na história do mundo, a modificar o sentido do trabalho. Até então, sua conotação era negativa, o trabalho era considerado uma atividade inferior e sem valor algum, destinado aos escravos. Com o surgimento da burguesia, há o início da valorização do trabalho e da crítica à vida ociosa. A partir dos avanços científicos do século XVII, da passagem do feudalismo ao capitalismo e de todas as mudanças sócio-históricas daí advindas, a prática do trabalho se consolida na sociedade. (ALVIM, 2006, p. 123).

A Idade Contemporânea, a partir do século XIX, foi marcada por diversas mudanças na estrutura social, político-econômicas. Este período foi caracterizado por guerras civis, conflitos étnicos e religiosos. Juntamente com mudanças técnicas na produção e a globalização comercial.

A consolidação do capitalismo (sistema socioeconômico em que os meios de produção, terras, fábricas, máquinas, e o capital, são de propriedade privada), como sistema econômico, a revolução e o desenvolvimento industrial, e a ascensão política e econômica da burguesia industrial, o trabalho passou a ter uma nova conotação, os

trabalhadores perderam os meios de produção, e por isso, tiveram que passar a vender a sua força de trabalho. Assim, segundo Coutinho,

Em suas mudanças ao longo da história, o trabalho adota o caráter de sustento material e toma a forma de emprego – ou trabalho assalariado na sociedade capitalista industrial – a partir do século XVIII. Com as crises do mercado de trabalho capitalista surgem o desemprego e, mais recentemente, depois de meados do século XX, o subemprego ou emprego de baixa qualidade. (2009, p.191).

Essas mudanças na compreensão do trabalho, nos modos de produzir bens e serviços e, principalmente, na organização política e econômica da sociedade, alteraram, profundamente, a estrutura social e a forma como a sociedade produz e se reproduz. Assim, o trabalho foi sendo adaptado a novas realidades e aos seus novos proprietários. O fruto do trabalho não mais pertence ao trabalhador que a produziu, mas a este agora lhe cabe um salário.

Vê-se conforme Coutinho (2009) que o desemprego é um fenômeno novo, contudo, ele esqueceu-se de falar que o desemprego da força de trabalho se dá *pari passu* o desenvolvimento do capitalismo. O próprio processo que deu origem ao capitalismo, chamado por Marx de Acumulação primitiva, mostra como um contingente elevado de trabalhadores foi jogado na condição de desocupados como será apresentado no tópico seguinte 1.2.

1.2 A acumulação primitiva de capital

Para entender como se firmou o modo capitalista de produção, e quais foram os “instrumentos” usados para garantir a sua existência, é preciso analisar como se formou a acumulação primitiva de capital, abordagem feita por Karl Marx no livro, *O Capital* (1985).

De acordo com a história, a origem da humanidade está fundamentada na luta de classes. Na época da escravatura (findada no século XIX), havia a prática social em que um ser humano tomava direitos de propriedade sobre outro, designado por escravo,

imposta por meio da força. O dono ou comerciante podia comprar, vender, dar ou trocar por uma dívida, sem que o escravo opinasse, haja vista que estes não podiam exercer qualquer direito, pois, segundo seus proprietários, estes, não tinham vontade própria.

O modo de produção, no período da escravidão, concentra-se na exploração do trabalho forçado da mão de obra escrava. Os senhores os alimentavam e davam abrigo, e em troca, apossavam-se do produto restante do trabalho escravo. A exploração do trabalho escravo tornou possível a produção de grandes excedentes e uma grande acumulação de riquezas, tal fator contribuiu para a acumulação de capital.

De acordo com Fructuozo e Amaral (2010, p.4) durante três séculos e meio o continente africano foi sacrificado com a prática da escravidão, possibilitando às potências europeias o acúmulo de riquezas e metais preciosos, utilizando os escravos como valor de troca e de uso.

No período feudal o trabalho estava baseado na servidão. Os trabalhadores estavam presos a terra e condicionados a várias obrigações desde impostos a serviços. Observa-se aqui também, a exploração do trabalho forçado em condições desumanas, para o favorecimento de outra classe, a dos senhores feudais. A vida dos servos era miserável, estes, não sabiam ler nem escrever, e não havia mobilidade social, desta forma um indivíduo que nasceu servo, vivia a sua vida inteira sendo explorado por outro ser humano.

Com o passar do tempo o feudalismo foi entrando em decadência e novas formas de organização da sociedade foram surgindo, a procura de novas terras, propiciando maior espaço para a realização da produção, de feiras e a comercialização do excedente produtivo favorecendo, nesse sentido, o caminho para maior circulação de pessoas. De tal modo que, nas regiões de comércio onde se realizavam as feiras, passaram a existir as vilas ou burgos, cujos moradores ficaram conhecidos como burgueses. Nesse sentido, segundo Aranha:

Averiguando as circunstâncias sociais e econômicas que possibilitaram uma mudança tão decisiva para a história da humanidade, encontramos no surgimento da burguesia os elementos que tomaram necessária a nova maneira de pensar e agir. Os burgueses, ligados ao artesanato e comércio, valorizavam o trabalho e tinham espírito empreendedor. Ora, o sucesso e enriquecimento desse

novo segmento social passam a exigir cada vez mais o concurso da técnica para a ampliação dos negócios: construção de navios mais ágeis, utilização da bússola para a orientação nos mares em busca de novos portos, aperfeiçoamento dos relógios (tempo é dinheiro!). [...] (ARANHA, 2012, p. 8).

A burguesia passou a ser detentora da propriedade privada e dos meios de produção. Nesse sentido, obteve a exploração do tempo de trabalho do trabalhador assalariado, começando assim, o capitalismo. De acordo com Marx, (1985) a estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela.

A sociedade capitalista se estabeleceu sobre praticamente duas classes sociais, os donos do capital e os vendedores de força de trabalho, que é o patrão e o proletariado. Ainda para Karl Marx, (1985), havia luta de classe, nesse sentido os burgueses exploravam os proletários. Antes, nas sociedades primitivas, todas as pessoas participavam do processo de produção. Com isso, não havia quem oprimisse, ou seja, não havia exploração de força de trabalho, uma vez que os frutos da produção eram, socialmente, distribuídos. Todavia, quando passou a existir a propriedade privada, a sociedade começou a ser desenvolvida em classes, que foram mencionadas anteriormente. Os que têm mais recursos (grandes capitalistas, classe dominante). E os que possuem apenas a sua força de trabalho, a classe dominada. Segundo Marx:

[...] A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. (MARX, 1985, p.961).

Como dito anteriormente, com as transformações no modo de produção fez-se necessário que os trabalhadores produzissem mais do que aquilo que o patrão gasta para mantê-los, devem gerar um excedente de produção (mais-valia), uma riqueza extra para o patrão, este, o dono do capital e dos meios de produção. A mais-valia cria uma acumulação de riqueza para os capitalistas que a apropria, o fator preponderante é que os operários recebem no salário, muito menos do que a riqueza que produziu.

A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 1985, p. 961)

Acumulação primitiva de capital é a ação de acumular e aumentar a riqueza através da exploração de outro ser humano, com isso, o capital ou o dinheiro investido se multiplica, com o propósito de gerar mais dinheiro. Essa atividade compõe a base do sistema econômico capitalista.

No que resulta a acumulação primitiva do capital, isto é sua gênese histórica? Na medida em que não é transformação direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados, ou seja, mera mudança de forma, ela não significa mais do que a expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho. (MARX, 1985, p. 1010).

Nesse sentido, a acumulação primitiva foi um processo histórico que dissociou a posse do trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista e, está ligada, principalmente, a exploração da força de trabalho.

Assim, até aqui se verificou como foram geradas as condições para exploração das pessoas como trabalhadoras assalariadas via a expropriação dos trabalhadores dos meios de produção, a condição original, no tópico seguinte será apresentado como isso passou a ser recolocado a cada salto tecnológico produto do avanço das forças produtivas, como foi produzido o Exército Industrial de Reserva (1.3.2) e o desemprego da força de trabalho como elemento estruturante do capitalismo.

1.3 A Revolução Industrial

Entende-se por Revolução Industrial, um conjunto de mudanças que ocorreram na Europa nos séculos XVIII e XIX. O principal fator dessa revolução foi à substituição do

trabalho artesanal pelo assalariado e, com o uso de máquinas a vapor e depois elétrica. O objetivo final dos empresários era lucrar mais, para isso, os operários eram super-explorados, trabalhavam longas jornadas por dia e, em troca, recebiam um salário baixo. Além disso, mulheres e crianças também eram obrigadas a trabalhar para sustentarem suas famílias. Cerqueira define muito bem esse período,

Para poder enfrentar a livre concorrência, os chefes de indústria não encontravam recurso mais fácil do que explorar ao máximo os operários, pagando-lhes ínfimos salários e impondo-lhes jornadas de trabalho excessivas, muito superiores a sua capacidade física, a fim de reduzir ao mínimo o custo da mão-de-obra e, portanto, o custo da produção, o que lhe permitia auferir maiores lucros. Desamparados de qualquer proteção e impedidos de se reunir para reagir contra esses abusos, viam-se os operários na dura contingência de escolher entre os baixos salários insuficientes para a sua subsistência e a mais completa indigência. Prolongavam-se as jornadas de trabalho a 14 e 16 horas, não se distinguindo entre trabalho noturno e trabalho diurno. Trabalhava-se a semana toda, sem um dia de repouso [...]. (CERQUEIRA, et.al, 1961, p. 343).

Os trabalhadores eram submetidos a péssimas condições de trabalho, trabalhando até a exaustão, com o objetivo de aumentar a produtividade, e conseqüentemente, geravam excedentes de produção, estes por sua vez, nunca lhes pertenciam. Segundo Marx,(1985), tal excedente era a mais-valia, ou seja, as horas de trabalho excedentes não pagas aos operários. A mais-valia é então, o valor criado pelo trabalho do operário assalariado acima do valor de sua força de trabalho, porém, o capitalista fica com a parcela que excede, com a finalidade de produzir cada vez mais lucros, em detrimento do contínuo empobrecimento dos proletários.

1.3.1 A divisão social e técnica do trabalho

Antes da Revolução Industrial o processo de produção era manual, artesanal, e estava dividido em produção doméstica (mestre e artesão que era o próprio dono dos meios de produção), e manufatureira, o burguês era o dono dos meios de produção e do

capital (investido), todavia tinha o trabalhador, que era dono da força de trabalho e a trocava por um salário, este operário participava de todo o processo produtivo.

Por isso, diversas vezes esses indivíduos preferiam trabalhar em suas residências, dependendo da quantidade de bens a serem produzidos, os artesãos se organizavam e dividiam a etapa do processo produtivo. Na maioria das vezes, a fabricação era feita em oficinas que eram instaladas na própria casa do artesão, sendo que este comandava todo o processo de produção, desde a matéria-prima até a comercialização do produto final. De acordo com Marx,

[...] A empresa manufatureira combinada só é lucrativa, aqui, sob condições excepcionais, já que a concorrência entre os trabalhadores que querem trabalhar em casa é extrema, o fracionamento da produção em inúmeros processos heterogêneos permite pouca aplicação de meios coletivos de trabalho e o capitalista, com a fabricação fragmentada, economiza os gastos com instalações fabris etc. No entanto, a posição desses trabalhadores detalhistas, que trabalham em casa, porém para um capitalista (fabricante, *établissement*), é totalmente distinta daquela do artesão independente, que trabalha para seus próprios clientes. (MARX, 1996, p. 520).

Com a Revolução Industrial, os trabalhadores perderam o controle da produção e tiveram que trabalhar para grandes capitalistas, passando a operar as máquinas que pertenciam aos donos das fábricas e, estes, passaram a se apropriar de todo o lucro. Não havia como as pequenas oficinas concorrerem com as grandes indústrias, uma vez que a produção em larga escala e a força de trabalho com salários mais baixos, acabam por diminuir o custo de produção barateando o produto final.

[...] Como as circunstâncias externas clamavam por uma progressiva divisão do trabalho, as corporações existentes cindiram-se em subespécies ou novas corporações foram criadas ao lado das antigas, mas sem a concentração de diferentes ofícios numa mesma oficina. Assim, a organização corporativa, por mais que sua especialização, seu isolamento e o aperfeiçoamento dos ofícios componham as condições materiais de existência do período de manufatura, excluía a divisão manufatureira do trabalho [...]. (MARX, 1996, p. 538).

Outro fator preponderante foi à divisão social do trabalho. Os antigos donos das pequenas oficinas participavam da fabricação de todo o produto, desde a preparação da matéria prima até o acabamento final. Já na produção fabril cada indivíduo fica responsável por uma etapa do processo produtivo. O trabalhador em razão deste método perdeu o conhecimento de toda a técnica de fabricação, passando a executar apenas uma etapa da fabricação. Ainda segundo Marx:

Enquanto a divisão do trabalho no todo de uma sociedade, seja ela mediada ou não pela troca de mercadorias, encontra-se nas mais diversas formações socioeconômicas, a divisão manufatureira do trabalho é uma criação absolutamente específica do modo de produção capitalista. (MARX, 1996, p. 538).

A mudança do processo produtivo manufatureiro para a indústria mecânica gerou, além de uma alienação do trabalhador, pois, este, na maioria das vezes não sabia qual era o fim da sua produção, a repetição era uma forma de desconhecimento do valor da riqueza produzida e, ainda, os operários, na maioria das vezes, não podia usufruir do produto que era destinado a outros, devido aos baixos salários.

1.3.2 O Exército Industrial de Reserva

O violento processo de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa, além da divisão social do trabalho, separou o produtor dos seus meios de produção. No modo de fabricação capitalista, o fundamento primordial é o lucro do capital, para este ampliar é preciso à contínua exploração e a opressão dos trabalhadores, estes, na sua grande maioria, estavam presos ao patrão como propriedade, forçados pelo próprio sistema em condições desumanas com grandes jornadas de trabalho e salários cada vez mais baixos.

Com a industrialização, vários operários foram substituídos por máquinas, acelerando o ritmo da produção, ao mesmo tempo em que baixava o preço das mercadorias estimulando o consumo. Tal fator deixou milhares de trabalhadores desempregados e, formou enormes massas de indigentes e desocupados, originando

uma massa de excluídos caracterizada pela extinção de vários postos de trabalho. Uma grandiosa reserva de força de trabalho livre e disponível para ser comprada a um valor cada vez menor, uma vez sem emprego o homem e seus familiares passam por situações precárias. Alias, muitas vezes, mesmo trabalhando as privações eram enormes, pois os salários pagos aos trabalhadores eram muito baixos.

Por outro lado, eram constantes as grandes oportunidades de enriquecimento para uma parcela da burguesia. A reserva de desempregados se tornou boa para o capitalismo e seu pleno funcionamento.

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. [...]. (MARX, 1996, p. 859).

Desse modo, o exército industrial de reserva e seu valor correspondem à força de trabalho que excede as necessidades da produção. Ela é boa para os capitalistas e para o pleno funcionamento desse sistema de produção, pois, garante o processo de acumulação de riquezas, desta forma, é fundamental que uma grande parcela da população ativa esteja, constantemente, desempregada.

Porém, por outro lado, para o operário é extremamente desfavorável, de acordo com Marx, (1996), esse contingente atua como um inibidor das reivindicações dos trabalhadores e contribui para o rebaixamento dos salários. Em um mercado de trabalho muito competitivo, com poucas empresas contratando e muitos operários disponíveis, as empresas vão pagar um salário abaixo da produtividade do trabalhador, todavia, este individuo não tem alternativa a não ser aceitar a situação que é imposta pelo mercado.

Assim, verifica-se que o Exército Industrial de Reserva é um elemento imanente ao desenvolvimento do capitalismo por exercer a função de constranger os salários e

permitir a reprodução ampliada do capital. Dessa forma, no tópico seguinte será apresentada a questão do desemprego da força de trabalho.

O mercado de trabalho no capitalismo se tornou extremamente excludente, muitos são aqueles que oferecem a sua força de trabalho, que procuram emprego. Porém, a oferta de mão de obra se tornou maior que a procura, o lado dos que tem sua mão de obra expropriada é mais fraco, conseguinte, ficam vulnerável e não conseguem determinar uma negociação com o lado mais forte (os grandes capitalistas), que atuam como mandante no estabelecimento do preço. Por mais que os indivíduos tentem, estes, não conseguem impor seus interesses.

Como o processo de Acumulação primitiva do capital demanda cada vez mais atividade produtiva para acumular, a divisão social do trabalho se configurou como mecanismo para a ampliação da acumulação primitiva. Dessa forma, como a produção foi fragmentada na revolução industrial e trabalhadores foram substituídos por máquinas, o contingente de trabalhadores sem emprego aumentou e, conseqüentemente, os salários foram sendo achatados. Assim, o lucro foi aumentando gradativamente, com o aumento da produtividade do trabalho e redução dos custos, principalmente, dos salários pagos. Segundo Smith,

[...] os trabalhadores raramente auferem alguma vantagem da violência dessas associações tumultuosas, que, em parte devido à interferência da autoridade, em parte à firmeza dos patrões, e em parte por causa da necessidade à qual a maioria dos trabalhadores está sujeita por força da subsistência atual – geralmente não resultando senão na punição ou ruína dos líderes. (SMITH, 1996, p. 120).

Desse modo, o autor demonstra que trabalhador se submete a violência da relação de trabalho, por que, ele não mais possui os meios de produção, apenas a sua força de trabalho. Como dinâmica do capitalismo, o desemprego é fundamental para o capitalismo, pois, cumpre o papel de forçar e manter os salários baixos, assegurando que o custo com o trabalhador não cresça e se mantenha uma alta taxa de lucratividade.

No próximo capítulo será discutida a economia informal, suas características, definições e relações com a economia no todo.

2. TRABALHO E ECONOMIA INFORMAL

A economia mundial vive sobre constantes mudanças. O pressuposto fundamental é atender a uma lógica financeira de lucratividade. Muitas foram às transações, acontecimentos e manifestações ocorridas no mundo ao longo do tempo. Grandes empresas surgiram com um número elevado de capital investido, fusões ocorreram, monopólios apareceram, novas atividades econômicas e comerciais também foram incorporadas e, produtos e serviços foram criados e aprimorados.

Em meio a todos esses acontecimentos a estrutura do emprego também se modificou, em face às mudanças estruturais e tecnológicas, além das crises econômicas que contribuíram para o aumento do desemprego. Como resultado têm-se maior exclusão social, precarização da força de trabalho e um processo de flexibilização das relações de trabalho, como tendência da economia no século XXI.

2.1 Relações econômicas ao longo da história

As relações econômicas informais surgem quando as primeiras civilizações, conhecidas como nomadistas, (população que se utilizava dos recursos oferecidos pela natureza até esses se esgotarem e, posteriormente, esses grupos se deslocam até encontrarem outra região que oferece as condições necessárias para a sobrevivência). Não criavam vínculos por onde passavam. A economia estava baseada na troca de produtos, ou seja, informalmente, cada grupo trocava os bens excedentes por produtos que necessitavam e eram em demasia do outro grupo.

Com as mudanças climáticas, apareceram às primeiras técnicas para plantações agrícolas, assim, essa população se fixou sobre vários locais da terra. Produzindo alimentos em pequena escala para sua subsistência, logo passou a adotar um tipo de comercialização mediante a troca de bens, onde em um determinado local as pessoas se encontravam para realizar esse tipo de troca. Nasceram desse modo, as primeiras relações comerciais.

Com o estabelecimento do Estado Moderno e o Estado de Direito, e as necessidades do modo de produção capitalista, surgem regras e normas para formalizar as relações econômicas, inclusive o comércio. Este período de transição na economia (com o capitalismo nascente rompendo com as formas feudais) emergiu especialmente, devido à expansão do comércio e, a burguesia que era a classe ligada a esta atividade, tornou-se cada vez mais rica e poderosa, por isso, era preciso que a sociedade tivesse uma nova organização política. Nesse sentido, o Estado de Direito é criado para proteger os direitos fundamentais, políticos, social e econômico.

Como exposto acima, com o surgimento do Estado de Direito, que tem a finalidade de resguardar os direitos essenciais, políticos, sociais e econômicos, o mercado que até então poderia ser considerado informal tornou-se formal, haja vista que foram criadas leis e regras na sociedade.

Para Conotilho (1999), o Estado, os governantes e as autoridades, obedecem às leis, não estão colocados sobre as leis, mesmo que elas tenham sido criadas ou produzidas pelos órgãos do poder. Porém, observa-se que a informalidade rompe com a estrutura de um contrato formal, único, visando criar um vínculo jurídico entre o empregador e o trabalhador.

No Brasil, o mercado de trabalho compreendido como mercado produtor de bens e serviços começou a expandir no início do século XX, antes desse período, leis e contratos trabalhistas eram quase inexistentes. No entanto, no governo de Getúlio Vargas (1930-1940), consolidou-se conjunto de leis federais que formalizou o mercado de trabalho. Noronha definiu este período como,

Durante as décadas de 1930 e 1940, o corporativismo de Estado de Vargas estabeleceu um amplo código de leis do trabalho, o qual marcou o mercado nacional por todo o século. A partir de então, as noções de “formalidade” e “informalidade” foram pouco a pouco sendo construídas. As estatísticas indicam um longo processo de formalização das relações de trabalho, sedimentado sobre tudo por leis federais e, apenas secundariamente, por contratos coletivos. A legislação do trabalho estabelecia, de maneira cada vez mais detalhada, quais eram as regras mínimas de relações de trabalho justas. Salário mínimo, jornada de trabalho, férias anuais e muitos outros direitos foram definidos por lei. (NORONHA, 2003, p. 113).

Apesar do processo de formalização verificado, principalmente, a partir dos anos de 1930, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não criou postos de trabalho formais que permitisse estruturar plenamente o mercado de trabalho. Para agravar a situação, o desemprego emergiu no país acompanhando a crise econômica mundial, especialmente, devido às políticas neoliberais, da globalização, da recessão econômica, na década de 1990.

Quando a economia não consegue absorver todos os fatores de produção (trabalho, capital e insumos) em sua máxima capacidade, há neste caso ociosidade na utilização destes fatores, ocasionando desemprego. Assim, muitos trabalhadores não conseguem emprego formal e passam a exercitarem diversas possibilidades de ocupação informalmente.

Este tipo de atividades começa a funcionar devido à necessidade de sobrevivência de uma parcela da população que, não consegue emprego no mercado formal, ou ainda por pessoas que vê a possibilidade de um ganho maior. De modo que, a informalidade absorve uma grande parte de indivíduos desempregados e adequada, perfeitamente, às condições funcionais do processo de produção capitalista. Para Melo e Souto,

O capital cria e recria formas que viabilizem sua expansão. O modo de organizar a produção pautada na vigência de empregos formais criou impedimentos à amplificação do lucro, passou-se então a expulsar o trabalhador da empresa e resgatá-lo posteriormente como trabalhador informal, com as mesmas demandas, porém sem nenhuma garantia social. Isto é a desregulamentação do trabalho, [...] (MELO E SOUTO, 2012, P.1).

Ao exercer as atividades informalmente, os indivíduos tem uma oportunidade de ganhar mais, mesmo possuindo um nível de escolaridade baixo; mudança na qualidade de vida e a possibilidade de fazer o próprio horário de trabalho, também, são fatores que levam algumas pessoas a exercerem este empreendimento. Porém na maioria das vezes a informalidade apresenta como uma alternativa de sobrevivência para uma parcela de indivíduos que não são absorvidos pelo mercado formal.

No Brasil, podem-se observar tais acontecimentos de forma mais intensa na década de 1990, quando o país se encontrava com uma inflação alta e crônica e, mesmo após a estabilização dos preços (controle inflacionário) na segunda metade da década de

1990, continuou com baixo ritmo de crescimento econômico e avanço na precarização das relações de trabalho. Nesse período, houve eliminação de vários postos de trabalho, principalmente, os voltados para a indústria. De maneira que, aumentou a participação da economia informal, sendo que tal fenômeno poderia ser explicado devido aos novos arranjos na produção e de relações de trabalho. De acordo com Chahad,

[...] o controle da inflação, por meio da política monetária – altas taxas de juros, e controle do déficit fiscal, restringindo o crescimento econômico –, originou taxas de desemprego aberto maiores, assim como um aumento do trabalho informal. (CHAHAD, 2003, p. 206).

As políticas econômicas adotadas pelos governos durante a década de 1990 visaram apenas o controle da inflação e o equilíbrio das contas públicas. Políticas essas de natureza neoliberal ignoraram as consequências no mercado de trabalho. Dessa forma, o trabalho informal ganhou força na economia e é notável que em períodos de desaquecimento da mesma, torna-se pior a qualidade do emprego.

O crescimento da informalidade, muitas vezes, pode ser resultado de: políticas sociais ou medidas macroeconômicas mal implementadas, desadequadas, ineficazes, frequentemente desenvolvidas sem consulta tripartida; falta de estruturas legais e institucionais; falta de uma boa governança para a correta e eficaz implementação das políticas e leis; e uma falta de confiança nas instituições e procedimentos administrativos. As políticas macro econômicas, como as que tratam do ajustamento estrutural, reestruturações econômicas e políticas de privatização, sem o suficiente enfoque no emprego, têm reduzido empregos ou falharam na criação de um número suficiente de novos postos de trabalho na economia formal. (OIT.103/V, 2014, p.11).

As políticas macroeconômicas adotadas pelos países, principalmente, as nações subdesenvolvidas buscavam, especificamente, controlar o nível de preços. Assim, a política econômica com essa finalidade, sacrifica os investimentos privados e públicos deixando a economia formal debilitada. Com isso, a economia informal ganha força e desempenho. Desse modo, economia informal compreende a produção de bens para autoconsumo e pequenas atividades sem haver registros oficiais.

2.2 Definição de trabalho “formal/informal”

Definir o trabalho “formal/ informal” é algo complexo, haja vista que não há uma exatidão entre algumas definições. Algumas argumentações abordam que, o trabalho autônomo pode ser precário, subemprego e de baixa remuneração. Para Noronha,

O conceito de “informalidade”, embora muito adotado pelas ciências sociais e econômicas brasileiras, refere-se a fenômenos demasiadamente diversos para serem agregados por um mesmo conceito, como a literatura internacional vem apontando. O significado de “informalidade” depende, sobretudo do de “formalidade” em cada país e período, e, embora isso seja evidente, as análises sobre o tema tendem a ignorar a noção contraposta da qual ela deriva. Assim, a compreensão da “informalidade” ou dos contratos atípicos depende antes de tudo da compreensão do contrato formal predominante em cada país, região, setor ou categoria profissional. (NORONHA, 2003, p.111).

Devido à ampliação e a sua funcionalidade, o tema informalidade vem se destacando nas últimas décadas, principalmente, na literatura. O ponto primordial é entender os fenômenos distintos que, leva ao crescimento desta. Este fator pode ser examinado a partir da simples evasão fiscal, ou ainda como uma atividade de sobrevivência de uma sociedade marginalizada no mercado de trabalho. Existem diversas linhas de pensamento e, algumas discussões sobre o referido tema. No tópico seguinte serão apresentadas as visões legalista, marxista e heterodoxa.

2.2.1 Visão Legalista

A visão legalista trabalho “informal”, é aquele em que as empresas formais contratam sem regulamentação, à margem das leis trabalhistas onde, os trabalhadores têm jornadas e pagamentos estabelecidos, porém, alguns direitos são suprimidos uma vez que não há registro na carteira de trabalho, conforme a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), ou contrato equivalente,

A corrente legalista, por sua vez, entende por trabalho “informal” aquele baseado no assalariamento ilegal que se concretiza pela adoção de contratos atípicos de trabalho, da ruptura com o padrão contratual

único, ou quase único, o contrato formal de trabalho. Dessa forma, julga que “a economia informal, também chamada neste enfoque de economia subterrânea, seria um conjunto de atividades econômicas não-registradas, não-declaradas ao Estado, extralegais, porém socialmente lícitas”. Essa abordagem parte do "atendimento ou não das legislações fiscal, trabalhista e da previdência" (SOUZA, 2009, p.2).

Dessa forma, esta corrente define trabalho informal aquele em que, as atividades estão à margem da formalidade, ou seja, sem firma registrada, não possuem CNPJ (Cadastro Nacional Pessoa Jurídica), conseqüentemente, não emitem notas fiscais, não podem ter empregados registrados, não contribuem com impostos ao governo e não são recolhidos os encargos sociais dos trabalhadores.

2.2.2 Visão Marxista

A busca incessante pelo lucro sem se preocupar com as necessidades da sociedade, são características do modo de produção capitalista. Como já abordado no capítulo I, através de uma exploração constante, os empresários, por meio do trabalho assalariado, pagam o mínimo possível aos trabalhadores e apropria-se de todo o excedente de seu trabalho. Este fenômeno foi estabelecido por Karl Marx como mais-valia, excedente de produção, que é apropriado pelos donos dos meios de produção. Haja vista, que para terem um lucro maior, os empresários devem ter o menor custo possível. Para tanto, estes, utiliza diversos recursos, entre eles, aumentar a produtividade, baixando os custos de produção, impondo um ritmo de trabalho maior aos trabalhadores e reduzindo os salários pagos a eles.

Nesse processo, se reduz a quantidade de trabalhadores empregados, pois a jornada de trabalho maior demandará menos pessoas. O grande número de desempregados forma o que Marx chamou de exército industrial de reserva (EIR). Nessa perspectiva, para o bom funcionamento do sistema de produção capitalista e garantir o processo de acumulação, é necessário que parte da população ativa esteja, permanentemente, desempregada. Estes fenômenos tentam explicar, segundo a teoria marxista, as contradições essenciais a esse modo de exploração. A informalidade surge

a partir das leis econômicas que imperam no sistema, de maneira que, enquanto persistir as contradições entre o capital e o trabalho, existirá também, ininterruptamente, formas de produção precárias, indignas ao ser humano, que farão o sistema se reorganizar e adaptar para novas opressões.

Para essa corrente de pensamento, o problema da “informalidade” é muito mais delicado do que aparenta, visto que se manifesta no mundo do trabalho na qualidade de trabalho irregular, sendo um produto do próprio capitalismo, e, além disso, apresenta-se como uma contratendência à Lei da Baixa Tendencial da Taxa de Lucro por funcionar como um meio de redução dos custos da força de trabalho. (SOUZA, 2009, p. 2).

Nota-se que, o trabalho informal é viável para o modo de produção capitalista, assim como, a dinâmica do desemprego, de modo que a informalidade, é uma alternativa para os desempregados. Ainda segundo Souza,

No novo estágio da acumulação capitalista, a acumulação flexível, o trabalho “informal” se constitui numa estratégia funcional ao capital, ou seja, está vinculado à produção capitalista, atendendo às suas necessidades de redução dos custos variáveis de produção, distanciando os capitalistas da obrigação de arcar com os custos sociais do emprego. Entende-se aqui que a expansão da “informalidade” nas relações de trabalho e de produção do capital cumpre papel fundamental no processo de flexibilização das condições de produção, sobretudo da força de trabalho. Mesmo porque não há alguma outra forma de trabalho mais flexível que o trabalho “informal”. (SOUZA, 2009, p. 1).

Nesse sentido, para essa corrente de pensamento marxista, o trabalho informal aparece com a finalidade de auxiliar na sobrevivência do modo de produção capitalista, uma vez que, os trabalhadores tendem a vender sua força de trabalho ao empresário capitalista, o qual se apropria do produto do trabalho dos mesmo, e como já discutido, quanto mais trabalhadores disponíveis melhor será para o bom funcionamento da exploração.

Em um mundo onde a oferta de emprego não é suficiente para atender toda a população, o que se pode observar é que as relações de trabalho (capitalista e trabalhador) são de oposição e, incompatibilidade, uma vez que os interesses de classe

são incompatíveis. Há exploração, salários baixos porque existe uma grande parcela da população e a única propriedade é à força de trabalho, por isso, necessitam vender para garantir a sobrevivência. O trabalho informal é então, mais uma alternativa do capitalismo, para explorar o trabalhador. Druck et al, ao apresentar a definição para trabalho informal, como designação “ não fordista” concorda com a teoria marxista sobre informalidade.

A denominação “não fordista” busca sintetizar e reunir os trabalhadores que têm uma inserção precária no mercado de trabalho e que, portanto, não estão sob proteção das leis sociais e trabalhistas reguladas pelo Estado, conforme estabelecido nos países centrais pós II Guerra Mundial com a implementação do Estado-de-bem-estar-social e, no Brasil com a consolidação das leis do trabalho (CLT). É um trabalho não regulado. (DRUCK et al, 2004, p. 215).

Na maioria das vezes, os trabalhadores informais não ganham o suficiente para suprir as suas despesas de sua família, a exemplo alimentação adequada, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência dentre outras necessidades, estabelecidas em lei. Por isso, em alguns casos, é um subemprego, uma nova forma de precarização do trabalhador.

2.2.3 Visão Heterodoxa

Como já mencionado, a informalidade surgiu com o estabelecimento das trocas de mercadorias para atender as necessidades humanas, no entanto, foi consolidada nos primórdios da introdução do sistema capitalista de produção. Ao longo dos tempos vem intensificando e notou-se uma série de profundas transformações da realidade política, econômica e social. Com isso, alguns estudos foram feitos no intuito de esclarecer algumas questões em relação à informalidade.

Uma das primeiras pesquisas foi realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1969, que analisou a cidade do Quênia e, o principal fundamento da análise foi considerar a situação econômica dos países em desenvolvimento, principalmente, a distribuição de renda e emprego,

[...] os pesquisadores analisavam a realidade econômica de um país do então chamado terceiro mundo, no qual superpunham-se dois mercados de trabalho diferenciados. Essa realidade historicamente determinada foi definida e classificada a partir de dois conjuntos distintos de atividades: a) setor formal, cujo funcionamento das atividades foi definido como tendo barreiras à entrada, com recursos externos, sistema de propriedade impessoal, operando em mercados amplos e protegidos por cotas e tarifas, grande escala de produção, processos produtivos de tecnologia moderna e intensivos em capital e mão-de-obra qualificada; e b) setor informal, definido pela inexistência de barreiras à entrada, aporte de recursos de origem doméstica, propriedade individual, operando em pequena escala, processos produtivos intensivos em trabalho, atuando em mercados competitivos e não regulados. (MELO; TELES, 2000, p.6).

Estudos feitos também pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1998, com base nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, em janeiro de 1993, definiu que:

[...] decidiu-se que pertencem ao setor informal, todas as unidades econômicas que desenvolvem atividades não agrícolas, de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até 5 empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias. (IBGE, 2003, p. 11).

Nesta mesma pesquisa, foi estabelecido que os indivíduos participassem da economia informal, através do trabalho principal, ou secundário. O objetivo foi avaliar o papel e a extensão da mesma, na economia brasileira, averiguar as características de funcionamento dos negócios.

2.3 Expansão do trabalho informal

O Brasil vem passando por grandes transformações na estrutura da sua economia e do emprego. Essas modificações foram intensas nos anos 90, o neoliberalismo, a globalização da economia, a abertura econômica e a política de privatizações, foram alguns fatores determinantes para as mudanças.

A década de 1990 foi marcada por planos de estabilização, modificação do regime cambial e abertura comercial. Influência do comércio internacional, beneficiando ou prejudicando determinados setores, assim como variações do volume e tendências de consumo da demanda final interna, causaram modificação da estrutura da economia, a qual pode ser compreendida como a forma de combinação dos insumos para a produção. (SESSO; RODRIGUES; MORETTO, 2009, p. 73).

Com a crise, o mercado de trabalho foi impactado de forma expressiva a partir de 1990, ficando mais difícil conseguir um emprego, aumentando as exigências para contratação, tais como, nível de escolaridade, idade, aparência, entre outros requisitos. Por outro lado, os salários tornaram-se mais baixos e a precarização do trabalho cada vez maior. Em consequência, observou-se uma diminuição no emprego estável e elevação das ocupações informais. O deslocamento desses, para novos empreendimentos informais é caracterizado por ter uma estrutura de baixo investimento e pouco crescimento na economia.

Nesse contexto, muitos empregados formais foram substituídos por máquinas ou por autônomos subcontratados. Por outro lado, muitos foram admitidos informalmente por pequenas empresas ou famílias, ou ainda por novas subcontratadas de grandes empresas, muitas criadas exatamente com este objetivo. (CLEPS, 2009, p. 332).

As maiores empresas começaram a terceirizar suas atividades, contratando firmas menores, algumas destas formadas por empregados desligados das grandes corporações, porém, passaram a trabalhar por conta própria ou em empresas de pequeno porte, recebendo os salários menores, mesmo que estes exerçam as mesmas funções e a mesma jornada de trabalho. De acordo com Silva,

A elevação da informalidade no mercado de trabalho tem como fatores explicativos: 1) as novas formas de produção e de relações de trabalho, que aumentam o contingente de trabalhadores autônomos, por exemplo, por meio do processo de terceirização; 2) a realocação de mão-de-obra de setores tradicionalmente com maior grau de formalização (indústria de transformação) para setores com maior grau de informalidade (serviços e comércio) – terciarização do emprego; e 3) fatores institucionais associados ao sistema de seguridade social e à legislação trabalhista, incentivando o estabelecimento de relações informais de trabalho entre as empresas e os trabalhadores. (SILVA et al., 2001, p. 2).

A década de 1990 foi extremamente desfavorável para os trabalhadores, haja vista que, foi marcado por intensas formas de precarização produtiva. Com a inserção do trabalhador em empreendimentos domésticos, assim, como serviços temporários e subcontratados, a desestruturação do mercado de trabalho não só diminuiu o poder de reivindicação dos trabalhadores, mas, também, desestruturou famílias, produziu insegurança e ainda, também, agravou os problemas sociais, como miséria, fome e violência.

2-4 Desemprego

A taxa de desemprego ou de desocupação oficial no Brasil é determinada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As estimações são determinadas a partir de estudos feitos a cada mês com a População Economicamente Ativa (PEA). A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) têm o propósito de averiguar, através de amostragem probabilística, informações sobre mercado de trabalho urbano. Algumas determinações são utilizadas neste procedimento.

É analisado quem faz parte da PEA, contudo, há um limite de idade para um individuo ser considerado em idade ativa e, este, varia entre os países ou ainda entre diferentes órgãos ou pesquisas em um mesmo país. Em alguns casos, o limite mínimo é 10 anos e em outros é 14 anos para serem incluídos na pesquisa que compõem a chamada População em Idade Ativa (PIA), tais indivíduos podem estar ocupados ou desempregados. Para o IBGE,

São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. (IBGE, 2014, p.17).

Nota-se que, pela definição do IBGE o indivíduo que trabalhou na semana anterior à consulta, por pelo menos uma hora em alguma atividade renumerada ou exerceu de forma não oficial ajuda em negócios de parentes, ou ainda, possuem trabalho não remunerado monetariamente são considerados ocupados. Logo, trabalhadores informais são considerados ocupados, haja vista que, executam tarefas com as características expostas acima.

Por outro, lado estar ocupado não significa que são considerados empregados. O IBGE considera como desempregados aqueles indivíduos que não estavam trabalhando, porém, estavam disponíveis para trabalhar e adotaram determinada providência para conseguir emprego nos trinta dias antecedentes à semana em que responderam à pesquisa.

O IBGE determina também algumas formas de desemprego, tais como, o desemprego aberto onde, as pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos sete últimos dias.

2.4.1 Desemprego e Informalidade

Vários são os aspectos que contribuem para o surgimento e, posterior, aumento da informalidade, todavia, o desemprego é um dos principais fundamentos para que esta se desenvolva, é reflexo das desigualdades e absurdos sociais de uma sociedade composta em classes sociais, capitalistas e trabalhadores, que vive sob a lógica do sistema capitalista.

Quando há um extenso número de pessoas desempregadas, significa que há um desaquecimento na economia do país, que não é capaz de transmitir confiança para os investidores. É claro que o desemprego também pode surgir devido a fatores, já abordados, tais como, acumulação de capitais na mão de uma determinada classe social,

poucos investimentos, substituição de mão de obra por máquinas, dentre outros. Contudo, o mais impactante é a crise econômica que atinge um país.

Nesse contexto, com a quantidade de empregos formais reduzidos, quando não tem oferta de trabalho ou os salários são baixos, o trabalho informal é uma alternativa para muitas pessoas como meio de subsistência, pode-se dizer que é subemprego, ou seja, uma condição econômica entre o emprego e o desemprego uma alternativa para suprir a necessidade de sobrevivência, através do exercício de uma atividade imediata, sem grandes dificuldades. Mas que pode ser considerado por alguns autores como subemprego ou até mesmo desemprego disfarçado.

Essa circunstância, que deveria ser passageira, transforma-se em definitiva, uma vez que, o trabalhador não consegue mais voltar ao trabalho formal, o desemprego pode durar longos períodos, ou ainda durar para sempre. Em alguns momentos, o ser humano desiste de procurar afazeres no setor formal, o subemprego nessa situação passa a ser o modo de vida para essa população. Assim, diante da dificuldade de se ter emprego com carteira assinada, com alguns direitos, a exemplo, FGTS ou PIS PASEB, ticket alimentação, salário fixo, vale transportes dentre outros estabelecidos em lei, os indivíduos passam a conviver com inseguranças vividas na informalidade. Seguindo essa lógica, tais trabalhadores acabam perdendo alguns direitos conquistados, e ficam excluídos, intensificando a exploração do trabalho.

2.5 Emprego e trabalho informal

Os grandes problemas econômicos existentes no Brasil, no decorrer do tempo, (em especial a falta de postos de trabalho com registro em carteira), são reflexos de uma economia em constante instabilidade. O enfraquecimento do mercado de trabalho é um grande problema para a economia brasileira, os postos de trabalho ofertados não são suficientes para atender toda a demanda de mão de obra disponível.

Além disso, algumas empresas “contratam” funcionários e, todavia, não estabelecem um contrato legal, ou seja, não registra a carteira, não garantem os direitos trabalhistas, pois, as leis tornam, em alguns casos, os custos de manter um empregado ou mesmo, a demissão destes, um processo caro e que onera demais para as firmas, levando muitas a desistir da formalidade e a caminhar em outras direções. Contudo, este empregado é subordinado, tem uma jornada de trabalho estabelecida, tem uma remuneração na forma de salário instituída. Mas, não é considerado trabalhador formal, haja vista que os seus benefícios são suprimidos. Cacciamali estabelece que,

A maior parte dos assalariados sem registro tem como característica comum o fato de ter sido contratada à margem da regulamentação do mercado de trabalho, à margem das regras dos contratos por tempo indeterminado e em tempo integral e da organização sindical. (CACCIAMALI, 2000, p. 166).

Há também profissionais que escolhe trabalhar por conta própria, prestando serviços sem vínculo empregatício. Estes desenvolvem a atividade com organização oportuna, tem a opção de estabelecer o lugar, o modo, o tempo e a forma de execução do seu trabalho. Não possui subordinação a um empregador, têm a alternativa de ajustar as relações de trabalho, tais como horários e salários. O IBGE definiu essa categoria:

Classifica-se como “conta própria” a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar em que reside. [...] Existem muitas diferenças entre estas formas de inserção no mercado de trabalho, tendo em vista que o trabalhador por conta própria desenvolve suas atividades em seu próprio empreendimento, não sendo obrigado a cumprir uma jornada de trabalho previamente estabelecida e sem subordinar o seu trabalho a outrem. Seu rendimento pode ser variável, em função da inconstância de seu trabalho. Outra característica desta forma de inserção é que no exercício de sua atividade não emprega trabalhador remunerado. (IBGE, 2008, p.4).

Os trabalhadores informais podem determinar as condições em que desejam executar seu trabalho. Contudo, isso não é garantia de poder fazê-lo nas melhores condições possíveis. Além disso, para assegurar alguns direitos, o trabalhador informal

deve se tornar pessoa jurídica, mesmo sem empregar trabalhador remunerado, porém ainda assim, poderá ainda ser considerado informal, segundo a visão legalista.

2.6 Agentes que atuam informalmente

Existem diversas formas de atuar no trabalho informal, pode-se citar o comércio nas feiras e mercados, venda de mercadorias baratas, importadas, falsificadas entre outros. Distintos são os fatores que levam algumas pessoas a atuarem no mercado informal.

Para aqueles indivíduos que estão fora do mercado de trabalho, devido a algum motivo, exercer uma atividade, informalmente, é uma maneira de sobreviver, ou ainda a capacidade de ganhar um pouco mais, de maneira que podem melhorar a qualidade de vida. Há ainda as pessoas que exercem atividades com carteira assinada, toda via, a remuneração é baixa, por isso, carecem complementar a renda familiar com algum empreendimento.

Segundo Guimarães (1996), quanto maior for o grau de escolaridade, maior será as oportunidades no mercado de trabalho, isto dentro de um meio econômico equilibrado, havendo uma relação de causalidade (educação explicando as oportunidades). Nessa perspectiva, nota-se que algumas ofertas de trabalho estão, diretamente, associadas ao nível de escolaridade. Em determinados momentos haverá empregos disponíveis, mas, a população desempregada não atenderá as exigências do mercado, uma vez que, estas, cresceram da mesma forma, houve um expressivo aumento da mão de obra disponível, em consequência, amplia as exigências das empresas, ficando de fora desse mercado àqueles que não atenderem os pré-requisitos. Na concepção de Cleps,

Diferentemente dos empreendimentos econômicos convencionais, que tem por objetivo primordial a acumulação de capital, a racionalidade econômica dos empreendimentos ditos populares está subordinada à lógica da manutenção da renda familiar por meio da geração de empregos para indivíduos com pouca qualificação para o mercado de trabalho. (CLEPS, 2009, p. 330).

A falta de experiência também é um fator que aumenta o número de informais, principalmente, entre os jovens. Os problemas enfrentados por eles, para conseguir uma vaga de trabalho com carteira assinada não são poucas. A falta de conhecimento, baixa qualificação e se, for o primeiro emprego se torna fator mais complicado, uma vez que a maioria, não tem experiência profissional ou informação específica.

Um estudo feito pela Conferência Internacional do Trabalho, 101ª Sessão, 2012, destacou que:

Estima-se que 130 milhões de jovens não têm as qualificações de base na leitura, escrita e matemática necessária à vida diária. Muitos saem do sistema educativo sem estes conhecimentos de base, tornando-se difícil para eles obter as aptidões técnicas necessárias para competir no mercado de trabalho. Além disso, não têm conhecimentos ou qualificações indispensáveis para ganharem a vida de forma sustentável, para compreender os elementos de um estilo de vida saudável ou tratar de negócios ou de aspectos legais. (OIT, 2012, p.51).

Dessa forma, o mercado informal é visto pelos jovens como uma oportunidade de garantir conhecimento para ingressar, posteriormente, no mercado de trabalho regular, extremamente competitivo e, sem vagas suficientes para atender todos os trabalhadores jovens que desejam ter o primeiro emprego.

Se os jovens trabalham na economia informal é porque o setor moderno e o segmento formal da economia são incapazes de criar oportunidades suficientes de emprego formal. Um contexto socioeconômico desfavorável e a falta de redes de segurança obrigam muitos jovens a trabalhar na economia informal. A crise financeira também levou ao aumento do emprego numa "cada vez mais superlotada" economia informal nos países em desenvolvimento. (OIT, 2012, p.19).

Outro aspecto relevante sobre o atual mercado informal é que ele tem uma grande parcela de idosos, com mais de 60 anos atuando. Tal fenômeno ocorre devido a essa parcela da população, na maioria das vezes aposentados, ver na informalidade um meio de complementação da renda mensal, haja vista que a maior parte, é mal remunerada, trabalham um pouco mais para garantir uma qualidade de vida melhor. Há também,

idosos que não conseguem ficar afastados do trabalho, de maneira que trabalhando eles são capazes de sanar algumas necessidades afetivas, através da satisfação pessoal, realização de estar produzindo, se sentir útil no mundo. De acordo, com Soratto e Olivier-Hecler (1999) (Apud, ALENCAR; CAMPOS, 2006, p. 35) no trabalho o homem deposita suas queixas e insatisfações, mas também suas alegrias e sonhos.

Múltiplos são os motivos que induzem homens e mulheres a se engajarem na economia informal. Para Alves, “os homens se inserem porque não conseguem lugar no mercado formal e precisam trabalhar para sustentar a si próprios e sua família. Enquanto as mulheres encontram no mercado informal uma forma de aumentar a renda familiar.” (ALVES 1999, apud, SOUZA; WILLEMAN, 2014, p.11).

Nesse sentido, o trabalho informal é uma forma que as pessoas têm de obter algum rendimento. Ou ainda, a possibilidade de complementar uma renda para melhor sobrevivência. Sobretudo em um mundo que prevalece um sistema econômico em que quem tem capital se apropria da força de trabalho dos trabalhadores e de todos os bens gerados por ela, pagando o mínimo possível, para subsequente aumentar sua acumulação de capital.

No próximo capítulo será discutido o trabalho informal no Brasil, no período de crise na década de 1990 e no período de crescimento da economia de 2005 a 2008.

3. A EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL NO PERÍODO DE 1990 A 2008.

Estudar o trabalho informal hoje é buscar apreender as transformações que vêm ocorrendo nas relações de trabalho, mudanças essas que apontam para um aumento da precarização das condições de trabalho, do subemprego e do exército industrial de reserva. Assim, como a economia brasileira está na esteira das mudanças do capitalismo global, entender o fenômeno do trabalho informal e a economia informal como um todo, permite compreender as consequências dessas novas relações de trabalho na economia, principalmente, na vida dos trabalhadores.

Depois da apresentação no segundo capítulo de diversas formas de definição do trabalho informal, para fins de análise que se desenvolverá nesse terceiro capítulo optou-se por definir o trabalho informal como aquele que absorve um contingente de pessoas sem contrato de trabalho (registro) que enfrentam desvantagens e problemas (salários mais baixos, grandes jornadas, péssimas condições de trabalho, sem proteção das leis sociais e trabalhistas) em comparação aos formais. Já a definição do trabalho formal como aquele em que existe algum contrato entre empregador e empregado, seja consolidado através das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Estatuto do Servidor Público.

Nessa perspectiva, adotou-se a definição de trabalho informal de Druck et al (2004) já abordada no capítulo anterior, que seria a designação “não fordista”, haja vista que nessa definição, aborda todas as características mencionadas no parágrafo acima.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, conforme a teoria marxista, que como já foi expressa, em sentido amplo, define a informalidade como mais uma alternativa para a exploração do trabalhador. Serve para absorver a população que não consegue emprego no mercado formal e que em função da necessidade de sobreviver acaba por vender sua força de trabalho por um salário e/ou direitos trabalhista rebaixados com pagamento abaixo do praticado no emprego formal e em condições precarizadas.

Convém salientar ainda, que esse contingente estará disponível para voltar a trabalhar formalmente. Dessa forma, essa grande quantidade de trabalhadores que Marx

chamou de Exército Industrial Reserva, muitas pessoas concorrendo por poucas vagas faz com que vários profissionais aceitem rendimentos menores e até aceitam funções inferiores a sua qualificação, de maneira que os donos dos meios de produção pagarão o mínimo possível ao trabalhador que não tem alternativa a não ser aceitar tal circunstância.

Essa situação expressada é extremamente humilhante para o indivíduo que de alguma forma necessita sobreviver, ele sabe que está sendo explorado, a riqueza gerada está ficando nas mãos dos grandes capitalistas, detentores do capital e dos meios de produção. Esta forma de exploração ao trabalhador está ficando ainda mais cruel, enganadora, na medida em que ao longo dos anos vem recrudescendo suas maneiras de explorar o trabalhador, através de condições de trabalho cada vez mais precários, com grandes jornadas de trabalho e com menos direitos assegurados e com salários reduzidos.

O homem simplesmente não consegue reagir à altura, ou é facilmente “enganado” com a ideologia de que o capitalismo é bom para ambas as partes, por isso, sofrem as mazelas, expressa a sua fragilidade perante a um sistema tão cruel e falaz. Assim,

Acreditar como dizem, que as contradições do capital e do trabalho não existem, ou que nunca serão reconhecidas e que jamais sofrerão a ação daqueles que mais sentem seus impactos devastadores, exige que também se acredite que o povo nada mais é do que cegos idiotas para sempre hipnotizados pelas promessas da “circulação econômica” universalmente benéfica do capital, embora os fracassos monstruosos do sistema afetem diretamente a vida de bilhões de pessoas. (MÉSZÁROS Apud MONTENEGRO, 2009, p.1).

O trabalhador entende que está em situação desvantajosa em relação ao capitalista. O problema central é que ele (trabalhador) não tem alternativa, por ser a parte mais frágil da relação trabalhista, geralmente sofre as consequências dos fracassos econômicos e da exploração contínua da sua força de trabalho.

Diante do que já foi abordado, observa-se então que, o trabalho informal é viável para o sistema de produção capitalista e, extremamente desfavorável para o trabalhador que precisa sobreviver de alguma forma, principalmente, em períodos de crise na

economia. Portanto, pode-se afirmar que prevalecerá para a determinação dos salários será a lei da oferta e da procura (busca estabilizar a procura e a oferta de um determinado bem ou serviço). No entanto se a oferta que é a quantidade de produto ou serviço disponível no mercado, for maior que a procura, os detentores dos bens de produção poderão determinar um valor menor para compor os salários dos trabalhadores que disponibilizam a sua mão de obra. Estes sem condições de escolha aceitam o que lhe é oferecido, haja vista que necessitam de alguma forma trabalhar para sobreviver. Nessa configuração, os indivíduos estão sujeitados a um salário menor e, sem alternativa aceitam tal situação.

3.1 O desemprego e a informalidade no Brasil

Considerando as reflexões acerca do trabalho informal e suas várias definições, optou-se pela classificação para trabalho informal exibida logo em seguida no Quadro 1. Isso porque parece mais factível avançar na investigação da questão proposta, pois há dados estatísticos disponíveis que permitem compreender o objeto em análise. No quadro abaixo, segue uma síntese da definição.

Quadro 1 - Classificação das ocupações em formais e informais

Trabalho formal	Trabalho informal
Empregados com carteira. Militares. Funcionários públicos estatutários Trabalhadores domésticos com Carteira.	Empregados sem carteira. Não agrícola. Trabalhadores domésticos sem carteira. Conta-própria. Trabalhadores na produção para o próprio consumo ou da família. Não remunerados.

Fonte: Elaboração própria

Note-se que múltiplas são as razões para aparecimento e futuro aumento da informalidade, assim como há diversas definições para a mesma, do mesmo modo, nem todo trabalho informal pode ser considerado precário ou com baixo rendimento, uma vez que existem diversas pessoas que trabalham informalmente, (médicos, advogados, engenheiros, dentistas, contadores, economistas, dentre outros) e ganham salários maiores do que os que estão com a carteira assinada. Porém o foco deste trabalho é a análise da informalidade como alternativa de sobrevivência para os indivíduos que não conseguem se encaixar no mercado formal, pois,

No Brasil há uma progressiva informalização nas relações de trabalho e queda na qualidade de vínculo com o empregador. O crescente aumento do número de trabalhadores informais pode indicar uma contínua fragilização da qualidade do emprego no que se refere à remuneração, estabilidade, proteção e benefícios sociais [...]. (AZEVEDO et al, 1998, p. 17).

Como resultado de políticas neoliberais, o aumento do trabalho informal se apresenta como consequência de tais políticas. Na esteira do capitalismo financeiro, de lucro no curto prazo, os governos têm comprometido o investimento produtivo e fomentado aplicações financeiras, via taxas de juros mais elevadas e ampliação do mercado de títulos públicos.

3.1.1 Informalidade

Observa-se que no Brasil, a informalidade está em curso, em consequência do desemprego estrutural e, aparece como uma alternativa para os desempregados, estes, na maioria das vezes, vão ficar com as ocupações mais precárias, e conseqüentemente, rendimentos menores.

O trabalhador informal na maioria das vezes recebe menos do que os trabalhadores com carteira assinada, e como já foi citado diversas vezes, não tem direito a garantias, benefícios e, geralmente, não contribui para a previdência social. Em algumas vezes, podem até contribuir com a previdência através do Micro Empreendedor Individual (MEI), que a partir de 2008, qualquer pessoa que exerce alguma atividade comercial e possui apenas um funcionário registrado pode se cadastrar como MEI, posteriormente, tem o dever de contribuir com a previdência social (INSS), pagando 5% sobre um salário mínimo.

Com isso, após um ano de contribuição, terá direito a salário maternidade, auxílio doença, (caso fique doente) e aposentadoria (para tanto é preciso contribuir o mínimo exigido pelo INSS). Porém nesta análise, mesmo se a pessoa se cadastrar como MEI, continuará a ser considerado como informal, pois a contribuição sobre o salário mínimo não tira o indivíduo da situação de informalidade. Provavelmente, em alguns casos, quando a aposentadoria chegar essa pessoa terá que continuar a trabalhar informalmente para complementar a renda, como já foi aludido no capítulo 2. Para Bulla et al,

Vários fatores são apontados pela literatura justificando a permanência ou a reinserção dos idosos aposentados no mercado de trabalho. Esses fatores são relacionados às experiências subjetivas de prazer pelo trabalho, ocupando o tempo livre e exercendo uma atividade física e mental do aposentado, ou em decorrência de necessidades financeiras, tanto pela perda do poder aquisitivo devido aos baixos valores dos benefícios concedidos quanto pela necessidade crescente de prover a família. (BULLA et al, Apud, COCKELL, 2014, p.462).

Os idosos permanecem trabalhando depois da aposentadoria devido a diversos, fatores, no entanto, na maior parte o motivo central é a questão financeira, pois na

maioria das vezes o valor que se recebe não dá para suprir todas as necessidades básicas, com alimentação, moradia, saúde e em particular remédios, que algumas vezes tem um custo elevado e consomem a maior parte da renda dos aposentados.

3.1.2 Desemprego e aumento do trabalho informal no Brasil na década de 1990

No capítulo anterior, averiguou-se que a década de 1990 foi um período de crise na economia do Brasil, agravado pela crise social, onde as privatizações de diversas empresas no final do ano de 1990 contribuíram para que ocorresse uma redução na quantidade de vagas de empregos com registro em carteira na indústria e no comércio, liberando mão de obra. Esses acontecimentos fizeram com que houvesse um elevado índice de desempregados.

A Tabela 1 aborda claramente o que ocorreu naquele período na estrutura do emprego formal.

Tabela 1 - Taxa de Desemprego (%) 1990-1999

Ano	Taxa de Desemprego
90	3,12
92	5,94
93	5,48
95	5,31
96	6,18
97	6,90
98	7,70
99	8,58
90-99	5,46

Fonte: Camargo e Reis (2008, p. 303.)

1- A amostra foi formada pelos indivíduos residentes nas áreas urbanas entre 25 e 59 anos que participam da PEA.

Para fazer frente ao descontrole inflacionário e ao baixo ritmo de crescimento da economia, o governo brasileiro ao longo da década de 1990 adotou medidas e buscou ajuda de organizações multilaterais, como o FMI, para vencer os problemas da economia. Entretanto, as medidas econômicas adotadas suprimiram o investimento, tanto público quanto privado, e comprometeram o emprego, principalmente. Isso é o que mostra a Tabela 1, no que se refere à taxa de desemprego na década de 1990.

Simultaneamente, com a queda na taxa de trabalho formal, houve uma expansão do trabalho informal, vários foram os motivos que levaram a tal acontecimento, como já foi referido. Este tipo de empreendimento é muito comum em países subdesenvolvidos (situação de pobreza e dependência econômica que atinge uma nação) e emergentes (países subdesenvolvidos que se apresenta em crescimento econômico, diferenciando os mesmos das demais economias periféricas). O Brasil está no cenário dos emergentes. A elevação na taxa de trabalhadores informais, decorrente de crise econômica em longo prazo, pode criar efeitos negativos sobre o futuro da Nação e esses trabalhadores podem ainda sofrer dificuldade para volta ao mercado formal, agravando a situação. Azevedo et al dialoga do seguinte modo,

[..] tornar-se “autônomo” pode ter um sentido diferente, dependendo da categoria profissional e da “reserva” financeira disponível. Quando um trabalhador (homem ou mulher) não operacional manifesta um desejo de tornar-se autônomo, isto significa possuir um negócio legalizado e minimamente estruturado (uma microempresa ou um pequeno comércio, por exemplo). A intenção de ter este negócio é garantir a sobrevivência, progredir financeiramente e não mais voltar a trabalhar como empregado. Já os trabalhadores operacionais têm uma concepção um pouco diferente sobre trabalho “autônomo”: tornar-se autônomo significa montar um microcomércio não legalizado e informal (“barraquinha” de cachorro quente, por exemplo). O propósito e o sentido neste caso são totalmente diferentes: a intenção é garantir minimamente a sobrevivência, sem que isto signifique um progresso profissional ou financeiro. A “barraquinha” é uma alternativa “forçada” para aqueles que não conseguem uma recolocação, e o desejo permanece sendo o de voltar ao mercado de trabalho formal e legalizado. (AZEVEDO et al, 1998, p. 25).

Começar a trabalhar informalmente ou abrir um pequeno negócio possuindo capital próprio para ser investido, realizando pesquisa de mercado antes de dar início ao empreendimento, é distinto daqueles trabalhadores que encaram esse mercado por necessidade, tendo o objetivo de apenas garantir a sobrevivência sua e de sua família.

No primeiro caso, não haverá desejo de voltar ao mercado formal. Já no segundo caso o desejo de voltar é constante, e na primeira oportunidade esse indivíduo voltará.

Todavia, as barreiras para a volta ao trabalho formal se tornam cada vez maior. Uma vez que as vagas são poucas, o contingente é cada vez maior, e ainda, procurar emprego demanda tempo, que muitas vezes quem tem uma atividade informal não dispõe. Uma rotina diária de um desempregado em busca de recolocação deve ser encarada como um trabalho. Enviar e atualizar currículos, se informar, atualizar sobre o mercado, entrar em contato com pessoas que possam ajudar a encontrar a vaga, participar de seleção (entrevista) de emprego, estar sempre com boa aparência. São fatores que dificultam a procura de um emprego formal para essa parcela da população, que dessa forma, permanece com um subemprego, em um nível de precariedade sem grandes expectativas de mudança na qualidade de vida. Para Neri,

Nenhum segmento contribui mais para a pobreza brasileira do que o setor informal. Cerca de 57% dos pobres brasileiros estão em famílias chefiadas por informais. Os chefes desempregados contribuem apenas em 5,4% para pobreza brasileira. Quer dizer, o grande depositário de pobres brasileiros não é o desemprego, mas a informalidade. Pessoas que trabalham, mas não ganham o suficiente para sustentar as suas famílias. Pobre não pode se dar ao luxo de buscar emprego; pobre cai na informalidade. (NERI, 2006, p. 20).

No período analisado por Neri, mais da metade da população brasileira classificada como pobre eram comandadas por pessoas que trabalhavam informalmente; já os chefes de família desempregados representaram, naquele período, 5,4% da pobreza brasileira, então entende-se que o problema aqui não seria apenas o desemprego, mas sim o subemprego informal, que não é capaz de gerar renda o suficiente para os indivíduos sustentarem com dignidade a si e os seus dependentes.

No tocante, parece um ciclo vicioso, pois se na maioria das vezes, a população desempregada, busca uma oportunidade de sobrevivência na informalidade devido à falta de vaga no mercado formal, na tentativa de amenizar a pobreza, porém, nota-se que essa situação faz com que, em muitos casos o nível de pobreza aumentar, devido a problemas já abordados.

3.1.3 A Evolução do trabalho informal na década de 1990

À medida que o desemprego aumenta a informalidade também cresce como já foi colocado. Para Montengro, é preciso entender o fenômeno das desocupações para compreender o fenômeno do trabalho informal.

Para tanto, não podemos desconsiderar que um fenômeno de tamanha abrangência em nossa sociedade como o desemprego constitui elemento importante para a compreensão de uma outra manifestação que vem alterando a composição, formação e distribuição da força de trabalho em nosso território já mencionado anteriormente: o inchaço do setor de serviços e, conseqüentemente, o aumento do número de trabalhadores atirados à informalidade. (MONTENGRO, 2009, p.12).

Com as grandes transformações nos processos produtivos, a nova era do capital, as crises ocorridas no país já mencionadas anteriormente na década de 1990, a população carente teve que adotar uma nova forma de sobrevivência, com isso foi o período em que o trabalho informal ganhou destaque.

A Tabela 2 mostra a evolução do trabalho informal em meio à crise da década de 1990 no país.

Tabela 2 - Composição do emprego total (%) 1991-1999

Ano	Emprego com carteira assinada	Emprego sem carteira assinada	Emprego por conta própria	Empregador
91	53,7	20,8	20,1	4,4
92	51,4	22,2	21,0	4,4
93	50,5	23,1	21,1	4,3
94	49,2	23,7	21,8	4,2
95	48,4	24,1	21,0	4,5
96	46,7	24,8	22,8	4,6
97	46,7	24,8	23,3	4,5
98	45,8	25,4	23,2	4,5
99	44,5	26,4	23,6	4,6

Fonte: Montenegro (2009 p. 12).

O que se observa na Tabela 2 é o detalhamento de uma das consequências da crise na economia brasileira na década de 1990. Há uma redução gradativa do emprego com carteira assinada e, conseqüente, aumento do emprego sem carteira assinada e do emprego por conta própria. Os dados mostram que os trabalhadores se adaptam a realidade econômica em tempos de crise.

3.2 Informalidade em períodos de crescimento econômico 2002 a 2009

Ao longo dos anos pode-se notar que o aumento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro está diretamente ligado à crise econômica registrada no país. Nesses períodos, a informalidade mantém trajetória de crescimento o que aponta para uma piora qualitativa do mercado de trabalho, como resultado da conjuntura. Inversamente, do mesmo modo, quando a economia está crescendo em anos seguidos, observa-se geração de emprego formal e uma diminuição do trabalho informal. A Tabela 3 comprova claramente tal fenômeno.

Tabela 3 - Taxa de desemprego e de informalidade de 2002 a 2009

Ano	Desemprego	Informalidade	PIB (*)
2002	9,1%	43,6%	2,7%
2003	9,7%	42,3%	1,1%
2004	8,9%	42,5%	5,7%
2005	9,3%	41,4%	3,2%
2006	8,4%	40,7%	4,0%
2007	8,2%	39,1%	5,7%
2008	7,1%	38,1%	5,1%
2009	8,3%	37,4%	-0,2%
2002-2009	-0,8%	-6,2%	2,5%

Fonte: Barbosa Filho e Moura (2012, p. 9), *Ribeiro et. Al. (2010, p.1)

A Tabela 4 deixa clara a relação entre desemprego e informalidade. Nos períodos de maior crescimento econômico e do investimento, público e privado, a taxa de desemprego tende a diminuir, o PIB cresce. Inversamente, a informalidade nos períodos de pujança econômica retrai. Assim, a relação entre queda do desemprego e aumento da informalidade está inversamente relacionada. Essa relação é visível entre os anos de 2003 e 2008 quando a taxa de desemprego reduziu e a informalidade diminuiu há uma melhora significativa na qualidade de vida da população.

3.3 Evolução da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil entre os anos de 2004-2008

Em períodos de crescimento da economia, o trabalho formal cresce juntamente com o PIB (Produto Interno Bruto). Nesse caso, quando os dois fatores crescem, significa que há uma melhora na situação econômica da população, até mesmo daqueles que trabalham informalmente, pois, podem cobrar um valor maior em seus produtos ou serviços, dessa forma, consegue demandar outros artigos e serviços em quantidades maiores.

No Brasil pode-se observar tal fenômeno citado anteriormente, especialmente, de 2004 a 2008, quando as ocupações e a renda do trabalho aumentaram em decorrência da melhora no balanço de pagamento, da estabilidade dos preços, assim como, o crescimento do PIB e o aumento do emprego, ampliando a renda do trabalho. Baltar definiu muito bem esse período,

Assim, como a retomada do crescimento econômico no período 2004-2008 ocorreu em meio a uma maior estabilidade monetária com redução do patamar inflacionário, uma das novidades é que tal crescimento não só contribuiu para um processo marcado por significativa formalização dos contratos de trabalho, como colaborou para que se intensificasse o aumento do valor real do salário mínimo e para a elevação dos salários reais por meio de conquistas dos trabalhadores mais organizados e de seus sindicatos nas negociações salariais. Tudo isso conduziu para uma significativa recuperação da renda média do trabalho, com indicação de uma tendência de redução na desigualdade das remunerações do trabalho. (BALTAR, et. Al. 2013, p. 16).

De 2004 a 2008, houve uma ampliação da capacidade de produção de bens e serviços na economia brasileira, do mesmo modo, ampliou também o trabalho formal, com expressivo acréscimo na renda média do trabalhador. Dessa forma, teve mudanças qualitativas nas condições de vida da sociedade e, também, das estruturas produtivas do país através da criação de empregos formal com registro na CLT. Para Tavares,

A partir de 2004, inicia-se uma nova fase de crescimento da economia brasileira com a geração de novos postos de trabalho suficientes para absorver a evolução PEA, reduziu o número de desempregados e de ocupados sem remuneração. No período 2004-2008, a taxa de desemprego recua de 9% em 2004 para 7,2% em 2008; avança o processo de formalização das ocupações; a parcela da renda nacional apropriada pelos trabalhadores se eleva, saindo de 39,3% em 2004 para 41,9% em 2008 (CN/IBGE); o rendimento médio do trabalho principal acumulou crescimento de 16,9%, saindo em 2004 de R\$ 848, para em 2008 atingir R\$ 992, a preços de 2008 (PNAD/IBGE). (TAVARES, 2008, p. 4).

Tabela 4- Evolução da PEA 2004-2008

	2004	2008	Crescimento Acumulado (%)	Taxa Média de Crescimento Anual (%)
PEA Total	89.526.378	95.494.109	6,7	1,63
Ocupados com Remuneração	72.155.289	80.066.016	11	2,63
Total de Ocupados com ou sem Remuneração	81.485.298	88.598.518	8,7	2,11

Fonte: Fonte: Soares, (2013, p. 5)

Os dados apresentados na tabela 4, mostram os efeitos positivos do crescimento econômico continuado na geração de ocupação com renda no Brasil. Observa-se que a parte da população ocupada com renda no acumulado cresceu 11%, enquanto a PEA cresceu 6,7%, no período 2004-2008. Logo, com os dados, constata-se uma melhora na estrutura ocupacional.

Tabela 5 - Variação no contingente dos desocupados e ocupados sem remuneração

	2004	2008	Redução – Saldo	Variação % acumulada
Desocupados	8.041.80	6.895.591	1.145.489	-14,2%
Ocupados sem remuneração	5.735.814	4.416.455	1.319.359	-23,0%

Fonte: Soares, 2013, p.5

As informações entregues na Tabela 6 mostram que no período de crescimento da economia brasileira, os trabalhadores desocupados e os que estavam ocupados sem remuneração diminuiu. Estes dados ajudam a confirmar o efeito duplamente positivo com os indicadores sobre desocupados e ocupados sem remuneração sofrendo reduções. O número de desocupados cai 14,2% no período, já os ocupados sem remuneração caíram para 23%. Isso é um sinal positivo da economia onde, observa-se que a capacidade da mesma, em absorver mão de obra estava aquecida. Contudo, o número de trabalhadores desocupados ou ocupados sem remuneração segue alto. Isso demanda das autoridades governamentais esforços para compreender esse fenômeno e quais as medidas que podem ser adotadas para fazer frente a essa realidade.

Tabela 6 - Composição da ocupação não agrícola segundo posição na ocupação, 2004/2008

Posição na ocupação	Distribuição		Taxa média de crescimento anual
	2004	2008	2004-2008
Total de emprego em estabelecimento	64,5	66,9	4,23
Emprego com carteira	45,9	49,3	5,21
Empregado sem carteira	18,7	17,5	1,68
Total emprego em domicílio familiar	9,6	8,7	0,86
Com carteira	2,4	2,3	2,15
Sem carteira	7,2	6,4	0,39
Conta Própria	21,4	19,6	0,41
Empregador	4,4	4,8	0,86

Fonte: Soares, (2013, p. 8.)

A partir dos dados da tabela 7, é possível afirmar que ocorreu uma melhora significativa na estrutura ocupacional brasileira com redução relativa do trabalho informal, dos desocupados e dos ocupados sem remuneração ao mesmo tempo que cresceu, em média ao ano, 5,2% o emprego com carteira. É verdade que o emprego sem registro em carteira também cresceu, em média ao ano, 1,7%, contudo cresceu bem menos que o emprego formal o que fez com que a participação do mesmo apresentasse redução na participação na estrutura ocupacional brasileira.

Partindo da definição que foi adotada para trabalho informal apresentada no início desse capítulo terceiro, observa-se que o trabalho informal sofre reduções relativas com o emprego em estabelecimento sem carteira em 2004 saindo de 18,7% para 17,5% em 2008; a ocupação por conta própria em 2004 que era de 21,4% passa para 19,6% em 2008; e o emprego doméstico sem carteira sai de 7,2% para 6,4%.

Desse modo, não é demais afirmar que o crescimento econômico tende a melhorar a estrutura ocupacional, mesmo que este seja acompanhado pela elevação em números absolutos as ocupações mais precárias.

3.4 O trabalho informal em períodos de crise econômica em comparação a períodos de crescimento econômico

Ao analisar todos os dados apresentados nota-se que o trabalho informal cresce em face ao desemprego. Esse fenômeno pôde ser observado no Brasil na década de 1990, quando a economia não estava bem e todos os fatores abordados aqui, comprovam que a informalidade beneficia o sistema capitalista, extremamente eficaz a ele, desfavorável para o trabalhador, que é desprovido dos meios de produção e só tem a oferecer a sua força de trabalho. Ainda assim, será grato se achar uma oportunidade de ser explorado, formalmente, e em tempos de crise econômica, como ocorreu na década de 1990, (não havia vagas de emprego para a grande quantidade de desempregados) por isso, o aumento do trabalho informal no país naquela época. De acordo Gonçalves,

Ser excluído do processo de exploração do trabalho no capitalismo não se torna um privilégio, e sim um fator de inserção em uma condição de privação e de pobreza, ainda maior do que aquela sob a qual continuam submetidos os que sofrem a exploração no trabalho,

restando aos deserdados do capital procurar outras formas para garantir a sua sobrevivência, sujeitando-se ao subemprego e ao trabalho informal. (GONÇALVES, 2002, p. 5).

Não ser explorado no sistema capitalista não é privilégio e sim exclusão, não ter a quem vender a sua força de trabalho, faz com que o trabalhador seja submetido ao grau de miséria, inevitavelmente maior dos que os que estão empregados mesmo ganhando salários baixos. Não restando alternativa a não ser o subemprego, a informalidade.

Por outro lado, observou-se que quando há crescimento econômico o nível de emprego aumenta, a produtividade nacional cresce, gerando contratação de mais pessoas, que com um poder aquisitivo maior irá consumir mais produtos também e a economia acelera seu crescimento. E em resposta, o trabalho informal diminui em alguma proporção em relação ao crescimento do trabalho formal. Este acontecimento pode ser notado no Brasil entre o período analisado de 2004-2008, quando o PIB do país cresceu e a quantidade de pessoas ocupadas aumentou. Comprovando que para a melhora na qualidade de vida da população é necessário haver uma economia crescente, com alto nível de produção. De acordo com Alves,

[...] o ano de 2004 voltou a apresentar números positivos. Tem crescido a consciência de que o país não está condenado ao fracasso se adotar políticas econômicas e sociais corretas. Nesse sentido, a situação atual da população brasileira pode ser o diferencial para a retomada do desenvolvimento e a volta da esperança. (ALVES, 2010, p. 1).

Para que o país possa crescer é preciso que se adotem políticas econômicas e sociais equilibradas, que visem aumentar o investimento produtivo, só assim haverá crescimento e a população poderá ter uma qualidade de vida melhor, mesmo vivendo sob a ótica do sistema capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho é a atividade onde o ser humano transforma os elementos da natureza em bens para satisfazer suas necessidades. Nesse sentido, o trabalho é fundamental para os modos de produção, seja no feudalismo, capitalismo, socialismo, comunismo, entre outros. A forma como o modo de produção irá se apropriar do trabalho irá determinar o comportamento do trabalhador em relação ao trabalho.

Na sociedade capitalista o trabalho é fundamental para sua reprodução. Assim, o trabalhador, que vende sua força de trabalho, é subjugado às condições dadas pelos capitalistas que compram sua força de trabalho. Nesse aspecto, o trabalhador se torna uma mercadoria, um bem comercializável, submetido às relações mais selvagens de demanda e oferta.

Dentro desse contexto, o trabalho formal e o trabalho informal são formas do sistema capitalista de organizar a mercadoria (força de trabalho) dentro das quatro paredes que o acomoda. Assim, o trabalho informal é mais um dos aspectos que configuram a forma de exploração do trabalhador pelo capitalista.

A relação de formalidade e informalidade da relação de trabalho cumpre o papel de organizar a capacidade do mercado capitalista de absorver mão de obra em seus ciclos. Como foi apresentado ao longo deste trabalho, o trabalho informal e a economia informal oscilarão de acordo com o ciclo de acumulação do capital. Em períodos de bonança econômica, o emprego formal crescerá empurrando o emprego informal para baixo. O inverso é recíproco. Quando o ciclo de acumulação do capital estiver em baixa, o emprego formal estará em queda e o emprego informal estará em alta junto com a ampliação do Exército Industrial de Reserva.

Isso se deve a lógica imanente do capitalismo e da necessidade dos indivíduos satisfazer suas necessidades. Entretanto, mesmo na economia informal, pelo menos em boa parte dela a acumulação do capital estará sendo realizada de forma direta ou indireta. Contudo, os canais formais de acumulação do capital, via formalização estatal não estará sendo formalizada.

Ao apresentar o debate, analisar a evolução do trabalho informal no Brasil no período de 1990 a 2008 notou-se que em tempos de crise econômica, este, se amplia, e é mais uma forma que o sistema capitalista articulou para a precarização do trabalho. Já em períodos de crescimento econômica se reduz a informalidade a PEA aumenta, a qualidade de vida do trabalhador melhora.

A economia brasileira, como parte da acumulação capitalista global, também apresenta os ciclos de acumulação do capital. Como foi apresentada ao longo deste trabalho, a economia brasileira apresentou momentos de expansão do ciclo de acumulação do capital e momentos de retração do ciclo. Desse modo, o trabalho informal seguiu o movimento da acumulação de capital.

Por exemplo, no período de baixo crescimento econômico, década de 1990, o trabalho informal esteve em alta. Isso se deu em função das políticas econômicas adotadas ~~forma~~ pelos governos Collor e FHC e também em função do comportamento do investimento dos empresários. Sendo orientados pela ideologia neoliberal, o governo adotou medidas macroeconômicas de ordem restritivas que suprimiram o investimento, tanto público quanto privado, empurrando uma parcela dos trabalhadores para a informalidade.

Contudo, na década seguinte, o ciclo de acumulação do capital se expandiu e na esteira do crescimento econômico o emprego formal cresceu (2004-2008). Assim, o trabalho informal apresentou contração. Esse movimento faz parte do ciclo de acumulação do modo de produção capitalista.

Assim, o trabalho informal se apresenta como forma alternativa aos trabalhadores, que compõe o Exército Industrial de Reserva, de continuarem a satisfazer suas necessidades, via os frutos do seu trabalho.

Portanto, a economia e o trabalho informal, são partes importantes do ciclo de acumulação do capital. Uma vez que constituem forma de acomodar os trabalhadores na produção de bens e serviços. Como este trabalho monográfico demonstrou o exemplo do trabalho informal no Brasil deixa claro como a acumulação do capital se apropria do trabalhador, seja ele formal ou informal.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Raimunda; CAMPOS, Juliana. **Velhice e trabalho: a informalidade como (re) aproveitamento do descartado**. Porto Alegre, Estudos interdisciplinar envelhecimento, UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/4794/2700>>. Acesso em 22/09/2015.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil**. Artigo, (2002). Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/bonusdemografico.pdf>> Acesso em 27/05/2018.
- ALVIM, Mônica Botelho. **A relação do homem com o trabalho na contemporaneidade: uma visão crítica fundamentada na Gestalt-Terapia**. Artigo, Estud. pesqui. psicol. v.6 n.2 Rio de Janeiro dez. 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v6n2/v6n2a10.pdf>> Acesso em 05/02/2018.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. Temas de Filosofia. **Edição Web**. 2012, disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgnPQAD/temas-filosofia-maria-lucia-arruda-aranha?part=3> Acesso em 05/02/2018.
- AZEVEDO, Juliana Telles, et all. **As estratégias de sobrevivência e de busca de emprego adotadas pelos desempregados**. São Paulo, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/download/25697/27430>. Acesso em 22/04/2018.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade, et. All. **Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira**. Global labour university working papers paper no. 9, may 2013. Disponível em: <www.global-labouruniversity.org/fileadmin/GLU.../GLU_WP_No._9_portuguese.pdf> Acesso em: 26/05/2018.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda, Moura Rodrigo Leandro. **Evolução recente da informalidade do emprego no brasil: uma análise segundo as características da oferta de trabalho e o setor**. Pesquisa do Centro de Desenvolvimento Econômico (CDE) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (2012). Disponível em: <ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1490/1171>. Acesso em 15/05/2018.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, (14): 153-174, jun 2000, Campinas: UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V9-F1-S14/06-Cacciamali.pdf>>. Acesso em 23/09/2015
- CAMARGO, José Marcio, REIS Mauricio Cortez. **Aposentadoria, Pressão Salarial e Desemprego por Nível de Qualificação**. RBE Rio de Janeiro v. 62 n. 3 / p. 299–331 Jul-Set 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n3/a04v62n3.pdf>> Acesso em 21/05/2018.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. **Tendências recentes no mercado de trabalho**, São Paulo, (Pesquisa de Emprego e Desemprego FEA-USP, Pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n3-4/a21v1734.pdf>>.

CERQUEIRA, G. R.R. Et. Al. Trabalho Análogo à Condição de Escravo: A Exploração do Trabalho Humano e Seus Impactos Sociais em Rondônia. (**Revista Científica da UNESC**). V. 13, n. 16 (2015). Disponível em:

<<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:p7kbDfva-BwJ:https://revista.unescnet.br/index.php/revista/article/download/366/177+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em 18/03/2018.

CIMBALISTA, Silmara Nery. **Adversidades no Trabalho: A Condição de ser Trabalhador no Sistema de Produção Flexível na Indústria Automobilística Brasileira**. (Tese de Doutorado) Florianópolis dezembro 2006. Disponível em:

http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/tese_silmara_cimbalista.pdf. Acesso em 30/02/2018.

CONOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. O ensino e a teoria -- Visão global da literatura sobre Direito Constitucional: português, alemão, argentino, austriaco, brasileiro, espanhol, norte-americano, francês, holandês, inglês, italiano, suíço. Livro (1999). Coimbra, editora Almedina, reimpressão da 7.^a Edição de 2003.

COCKELL, Fernanda Flavia. **Idosos aposentados no mercado de trabalho informal: Trajetórias ocupacionais na construção civil**. Psicologia & Sociedade, 26(2), 461-471. (2014). Universidade Federal de São Paulo, Santos/SP, Brasil.

COUTINHO, Maria Chalfin. **Sentidos do Trabalho Contemporâneo: As Trajetórias Identitárias Como Estratégia de Investigação**. Artigo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. v.12 n.2 São Paulo dez. 2009. Disponível em:

<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v12n2/a05v12n2.pdf>>. Acesso em 25/03/2018.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. **Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG)**. Artigo recebido para publicação em 26/06/2009 e aceito para publicação em 23/10/2009. Uberlândia/MG. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/sn/v21n3/a08v21n3.pdf> Acesso em 15/09/2017.

DRUCK, Graça, Et. All. **O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica**. Dossiê, 2004, Salvador-BA. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18490>. Acesso em 15/02/2018.

FRUCTUOZO, Ligia Maria Lario; e AMARAL Sérgio Tibiriçá, **África: O Despertar De Um Continente**. Disponível em:

<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2038/2137>. Acesso em 29/02/2018.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **Informalidade e precarização do trabalho no Brasil**. Artigo, 2002. Disponível em:

<revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/download/790/813> Acesso em 15/04/2018.

GUIMARÃES, Henrique. **Mercado de Trabalho, Escolaridade e Renda no Brasil – 1988 a 1996** disponível em:

<http://www.fundaj.gov.br/geral/educacao_foco/mercado%20de%20trabalho.pdf>

Acesso em: 08/09/2015.

IBGE. **Economia Informal Urbana**. V. 35. Rio de Janeiro 2006. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/ECINFmetodpesquisa.pdf>>. Acesso em 23/09/2015.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Notas Metodológicas. 2014. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf> Acesso em 25/12/2016.

IBGE. **Trabalhadores por Conta Própria Perfil e Destaques, 2008**.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/partel.pdf.

MARX, Karl. **O capital, crítica da economia política**. Volume 1 livro primeiro. O processo de produção do capital Tomo 2 (Capítulos XII I a XXV). Editora Nova Cultural 1996.

MARX, Karl. **A Chamada Acumulação Primitiva**. In: O Capital. Lv. I, Vol. 2, São Paulo: Difel, 1985.

MARTINS, Gildo Rogério dos Santos. **Mercado de trabalho, economia informal e políticas públicas Brasil anos 90 um estudo de caso**. (Dissertação, de Mestrado) Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5564/000428035.pdf?sequence=1>> Acesso em 26/09/2015.

MELO, Josimery Amaro e Jackson Vital. **O espaço do trabalho informal na sociabilidade capitalista. XIII jornada do trabalho Presidente Prudente 2012**. Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/51.pdf> . Acesso em 20/02/2018.

MELO, Hildete Pereira, TELES, Jorge Luiz. **Serviços e Informalidade: O comércio Ambulante no rio de janeiro**. Rio de Janeiro, dezembro de 2000. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0773.pdf>. Acesso em, 20/08/2015.

MINISTRO, Marco Antônio. Realidade Inversa: O Conceito de Alienação em Karl Marx. (**Revista água**) 2012. Disponível em:

<http://www.fenord.edu.br/revistaaguia/revista2012/textos/artigo_12.pdf>. Acesso em 01/03/2018.

MONTENEGRO, Daivid Moreno. **Desemprego, informalidade e precarização do trabalho no Brasil contemporâneo: ensaio sobre uma tragédia anunciada.** 2009.

<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/davidmorenomontenegro.pdf> . Acesso em 22/05/2018.

NETO Auvino. **Homo sapiens, homo faber.** Disponível em

<<https://www.scribd.com/doc/63150277/Homo-Sapiens-Homo-Faber>> Acesso em 22/03/2018.

NORONHA, Eduardo G. **“Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18081.pdf>. Acesso em 16/12/2017.

NERI, Marcelo. **Informalidade.** Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV. 2006. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/550/2170.pdf>. Acesso em 26/05/2018.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **O trabalho digno e a economia informal resolução da 90ª Conferência Internacional do Trabalho**, 2002. Disponível em:

<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf>. Acesso em 25/09/2015.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). Conferência Internacional do Trabalho, 103ª Sessão, 2014. **Transição da economia informal para a economia formal.** Disponível em:

http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorio103_v1_pt.pdf
Acesso em 14/06/2016.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **A crise do emprego jovem: Tempo de agir** (2012). Relatório V, 101ª Sessão, Bureau Internacional do Trabalho Genebra.

Disponível em:

http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorio_empregojoovem_2012.pdf. Acesso em: 20/05/2017.

ROLIM, Leonardo: **Cresce proteção social e previdenciária da População Ocupada**, (2012). Disponível em <http://blog.previdencia.gov.br/?p=4440>. Acesso em: 22/08/2015.

RIBEIRO, Francielle Camila Santos; Et. al. **A evolução do produto interno bruto brasileiro entre 1993 e 2009.** (2010). Disponível em:

<http://img.fae.edu/galeria/getImage/1/1395677446523294.pdf> Acesso em 01/06/2018.

SAVIANI, Dermeval. E a centralidade ontológica do trabalho na formação do

“homem novo”, artífice da sociedade socialista. **Interface** (Botucatu) vol.21 no.62

Botucatu July/Sept. 2017 Epub May 25, 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000300509>. Acesso em 25/03/2018.

SESSO, Umberto Antonio; RODRIGUES, Rossana Lott; MORETTO, Antonio Carlos. **Identificando transformações estruturais da economia brasileira: 1990-2003.**

Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/ret/article/viewFile/27137/18064>>

SILVA, Jorge Luiz Teles et al. **A Informalidade No Mercado de Trabalho Brasileiro e as Políticas Públicas do Governo Federal.** 2002. Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BABBAC51731E4/Informalidade2.pdf>>. Acesso em: 22/08/2014.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações.** Volume 1, Editora Nova Cultural Ltda. 1996, Círculo do Livro Ltda. Disponível em: <<http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2015/01/A-riqueza-das-na%C3%A7%C3%B5es-Vol.-1.pdf>>. Acesso em 15/03/2018

SOARES, Marcos Antonio Tavares . Brasil: ocupações e renda no crescimento 2004-2008. **In: XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET)**, Anais da ABET, Curitiba, 2013.

SOUSA, Cristina Gnazzo, WILLEMA N, Estela. **Trabalhadores informais.**

<<http://www.ronaldofrutuozo.com.br/seminariotrabalho2014/img/GT6/TRABALHADORES%20INFORMAIS.pdf>>. Acesso em 22/08/2015.

SOUSA, Cleidianne Novais. **Trabalho “Informal”: alavanca e condição de existência da acumulação capitalista.** Colóquio internacional Marx e Engels – CEMARX,6, Campinas 2009, Anais da ABET,. Disponível em:

<http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/trabalho-informal.pdf>. Acesso em 24/09/2015.